



CLIPPING INTERNET
27/05/2021 ATÉ 27/05/2021



INDÍCE

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	1
	1.2 BLOG O MAIOR DO MUNDO.....	2
	1.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG DO HERALDO MOREIRA.....	4
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG ATUAL 7.....	5 6
	3.2 BLOG CELSO ALMEIDA.....	7
	3.3 BLOG DO MINARD.....	8 9
	3.4 BLOG DO NETO FERREIRA.....	10
	3.5 BLOG DO WALISON.....	11
	3.6 BLOG GILBERTO LEDA.....	12
	3.7 BLOG GILBERTO LIMA.....	13
	3.8 BLOG LUÍS PABLO.....	14
	3.9 BLOG MARRAPÁ.....	15
	3.10 BLOG O INFORMANTE.....	16
	3.11 SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS.....	17
	3.12 SITE ICURURUPU.....	18
	3.13 SITE IMIRANTE.COM.....	19 20
	3.14 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	21
	3.15 SITE MARANHÃO HOJE.....	22
	3.16 SITE O MARANHENSE.....	23 24 25
	3.17 SITE O PROGRESSO.....	26
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DIEGO EMIR.....	27
	4.2 BLOG DO MINARD.....	28
	4.3 BLOG GENIVALDO ABREU.....	29
	4.4 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	30
	4.5 BLOG RICARDO MARQUES.....	31
	4.6 SITE TV GUARÁ.COM.....	32
5	ESMAM	
	5.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	33
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	34
	6.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	35 36
	6.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	37 38 39
	6.4 BLOG GENIVALDO ABREU.....	40
	6.5 BLOG JORGE ARAGÃO.....	41
	6.6 BLOG MARCO DEÇA.....	42
	6.7 BLOG MÁRCIO HENRIQUE.....	43
	6.8 BLOG O MAIOR DO MUNDO.....	44
	6.9 BLOG PAULO ROBERTO.....	45 46
	6.10 SITE IMIRANTE.COM.....	47 48
	6.11 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	49
	6.12 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	50 51 52 53
	6.13 SITE JORNAL PEQUENO.....	54 55
	6.14 SITE MA 10.....	56 57
	6.15 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	58
	6.16 SITE O MARANHENSE.....	59 60
	6.17 SITE SUA CIDADE.....	61
	6.18 SITE TV GUARÁ.COM.....	62
	6.19 SITE VALOR ECONÔMICO.....	63
7	JUIZADOS ESPECIAIS	
	7.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	64
	7.2 SITE O MARANHENSE.....	65
	7.3 SITE O PROGRESSO.....	66
8	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	8.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	67
9	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	9.1 BLOG DO HERALDO MOREIRA.....	68

Juiz manda investigar a FUNAC sobre transferência de adolescentes infratores no Maranhão

27 de maio de 2021 Aldir Dantas

FacebookTwitterWhatsAppTelegram

O juiz José dos Santos Costa, da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís (MA), ordenou que se investigue supostas irregularidades da presidência e da coordenação de programas socioeducativos da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac) na demora da transferência de adolescentes da unidade de Internação Provisória da Região do Cocais de Timon para unidades de internação definitiva.

Segundo o magistrado, a lentidão “injustificada e excessiva” na transferência dos adolescentes acarretou prejuízo ao processo de execução de medidas socioeducativas.

A presidente e a coordenadora de Programas Socioeducativos da Funac devem responder ao procedimento por escrito, no prazo de dez dias, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

“Essa conduta da direção da Funac constitui-se em grave violação das normas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e da execução de medidas socioeducativas, inclusive pela inobservância dos direitos e garantias de que são titulares os adolescentes, como tem pontuado o defensor público que atua nesta vara”, escreveu.

O magistrado registra ainda que, a despeito da falta de qualquer registro de falta de vagas em unidades em centros socioeducativos de internação masculina na região metropolitana de São Luís, existem casos de adolescentes que estão há seis meses na unidade provisória.

Por fim, determina que o centro socioeducativo deverá informar a relação de todos os adolescentes que se encontram aguardando transferência para uma das unidades de internação da Comarca da Ilha.

Com informações da assessoria do TJ-MA.

Gaeco encontra frascos de Coronavac em operação que mira Cláudio Cunha, ex-prefeito de Apicum-Açu

Batizada de Citrus, ação teve como objetivo cumprir mandados prisão temporária e de busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e em São Luís

27/05/2021 10h06min - Atualizado em 27/05/2021 10h07min

Yuri AlmeidaPUBLICADO POR

YURI ALMEIDA

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, o Gaeco, do Ministério Público do Maranhão, encontrou frascos da vacina Coronavac, imunizando do Butantan contra a Covid-19, durante operação deflagrada nesta quinta-feira (27) que o ex-prefeito de Apicum-Açu, Cláudio Cunha.

Batizada de Citrus, a ação teve como objetivo cumprir mandados prisão temporária e de busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e em São Luís. A operação contou com auxílio da Polícia Civil.

Na capital, um dos alvos das buscas fica na Avenida São Sebastião, localizada no Cruzeiro do Anil, onde funciona o Posto Maranhense, da Rede de Postos de Combustíveis Guará, que seria controlada por Cláudio Cunha. No galpão, os agentes encontraram diversos documentos da Prefeitura de Apicum-Açu. Também foram realizadas buscas num endereço localizado no Recanto dos Vinhais, também em São Luís, onde funcionaria a Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

Segundo a investigação, a operação é resultado de inquérito instaurado pela Promotoria de Justiça de Bacuri em 2019, para apurar atos de improbidades administrativas e possíveis ilícitos criminais.

Cláudio Cunha e filhos são principais alvos da Operação Citrus, do Gaeco

Investigação apura esquema de lavagem de dinheiro. Caio Cunha e Jéssica Cunha são sócios da Rede de Postos Guará

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, o Gaeco, do Ministério Público do Maranhão, deflagrou nesta quinta-feira (27) operação para investigar suposto esquema de lavagem de dinheiro que seria comandado pelo ex-prefeito de Apicum-Açu, Cláudio Cunha (PL).

Entre os alvos dos mandados de busca e apreensão, constam endereços do próprio ex-gestor e dos filhos deste, Caio Vitor de Castro Cunha e Jéssica Islla de Castro Cunha. Ambos são sócios da Rede de Postos Guará Comércio de Combustíveis, também alvo das buscas.

Contra Cláudio Cunha, a Justiça deferiu o cumprimento de quatro mandados de busca e apreensão, um contra Caio Cunha e dois contra Jéssica Cunha.

Outros quatro mandados de busca e apreensão foram cumpridos contra a rede de postos. Também foram feitas buscas em dois endereços ligados a Rodolfo Romero Pereira Oliveira, funcionário da Prefeitura de Apicum-Açu e suposto laranja no esquema. Ele também seria filho adotivo de Cláudio Cunha.

Durante a operação, batizada de Citrus, o Gaeco encontrou frascos da vacina Coronovac, imunizante do Butantan contra a Covid-19.

A Polícia Federal pode entrar no caso.

Segundo o painel de vacinação da SES (Secretaria de Estado da Saúde), o município de Serrano do Maranhão, administrado por Valdine De Castro Cunha, a Val (PL), esposa de Cláudio Cunha, recebeu 1.376 doses da Coronovac, e aplicou 1.344.

Amma e Sindjus pede inclusão de magistrados e servidores na prioridade de vacinação devido á alta de contaminação e mortes por Covid-19

O presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Hóldice Barros, e o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus), George Ferreira, protocolaram requerimento na Secretaria de Saúde do Estado, na tarde desta terça-feira, pleiteando ao secretário Carlos Lula que promova gestão, junto ao Ministério da Saúde, para inclusão dos magistrados e servidores da Justiça Estadual na lista de prioridades da vacinação contra a Covid-19 devido à alta contaminação nas unidades judiciais e o aumento de mortes.

De acordo com o relatório da Divisão de Saúde do Tribunal de Justiça, divulgado nesta terça-feira, 908 servidores do Judiciário foram afastados do trabalho por Covid-19, no período de janeiro de 2020 a maio de 2021. Nos cinco primeiros meses deste ano já foram 320 licenciados.

Em 2020, 22 magistrados foram afastados por Covid-19. De janeiro a maio deste ano, foram 16.

O relatório aponta, ainda, que 12 servidores do Poder Judiciário maranhense foram a óbito por complicações da Covid-19 em 2020. De janeiro a março deste ano, três servidores faleceram.

Em maio deste ano, em menos de 24 horas, dois servidores faleceram, sendo um Oficial de Justiça e um técnico judicial. E nesta terça-feira (25), ocorreu mais um óbito. Há informações de que outros três servidores se encontram internados em estado grave.

São números preocupantes, dentro do universo do pessoal do TJMA, que atualmente compreende 345 magistrados e 5.292 servidores. Os afastamentos representam 7,25% da magistratura e 12,78% dos servidores, no período de Março de 2020 a Março de 2021.

“Apesar das efetivas ações contra a Covid-19 em todo o estado, é acentuado o avanço, alcançando números expressivos, inclusive com a confirmação da contaminação pelas novas variantes da doença, em especial a variante indiana recentemente descoberta, conforme demonstram os recentes boletins diários da Secretaria de Saúde Estadual, em que se evidencia o exaurimento tanto dos leitos clínicos quanto dos leitos de UTI destinados ao atendimento dos pacientes do coronavírus”, destaca o requerimento.

No âmbito da Justiça maranhense, diversas regulamentações têm sido editadas, pautando procedimentos voltados à preservação da saúde e segurança dos servidores, magistrados e de todos os jurisdicionados, sem prejuízo da prestação jurisdicional e uma dessas medidas foi a suspensão do atendimento presencial.

Porém, por meio da Portaria GP 3192021, o TJMA determinou a retomada das atividades presenciais a partir de 3 de maio de 2021, representando um acentuado risco de contágio, dada a liberação da demanda de atividades que requerem atendimento presencial, as quais estavam represadas em suas unidades de origem, durante o período de atendimento remoto.

Oficiais de Justiça

Outro ponto destacado é que o atendimento presencial da Justiça não se limita ao praticado em suas unidades jurisdicionais, com o dito atendimento de balcão, além dos despachos e audiências executados pelos magistrados, sendo também praticado, e em igual medida, fora das dependências das unidades judiciais, em especial, por suas diligências e cumprimento de mandados, atividades típicas de Oficiais de Justiça e Comissários de Justiça da Infância e Juventude, que não estão suspensas.

Portanto, considerando a continuidade da prestação jurisdicional, a qual por sua natureza, expõe os servidores e magistrados da Justiça Estadual ao permanente contato pessoal, a AMMA e o Sndjus entendem que devem ser ofertadas medidas mais contundentes de proteção às vidas desses profissionais, incluindo-os como prioridade no Plano de Vacinação Estadual.

“Tal medida visa à preservação da vida dos servidores e magistrados que continuam sua luta diária em permanente exposição ao risco de contaminação, dada a natureza de sua atividade, da mesma forma que foram incluídos profissionais de diversas áreas, como educação, segurança pública e rodoviários, entre outros, cujas atividades guardam similaridade entre as profissões, como por exemplo os Oficiais de Justiça e Comissários da Infância e Juventude”, afirmam a AMMA e Sndjus.

Amma e Sindjus pede inclusão de magistrados e servidores na prioridade de vacinação devido á alta de contaminação e mortes por Covid-19

O presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Hóldice Barros, e o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus), George Ferreira, protocolaram requerimento na Secretaria de Saúde do Estado, na tarde desta terça-feira, pleiteando ao secretário Carlos Lula que promova gestão, junto ao Ministério da Saúde, para inclusão dos magistrados e servidores da Justiça Estadual na lista de prioridades da vacinação contra a Covid-19 devido à alta contaminação nas unidades judiciais e o aumento de mortes.

De acordo com o relatório da Divisão de Saúde do Tribunal de Justiça, divulgado nesta terça-feira, 908 servidores do Judiciário foram afastados do trabalho por Covid-19, no período de janeiro de 2020 a maio de 2021. Nos cinco primeiros meses deste ano já foram 320 licenciados.

Em 2020, 22 magistrados foram afastados por Covid-19. De janeiro a maio deste ano, foram 16.

O relatório aponta, ainda, que 12 servidores do Poder Judiciário maranhense foram a óbito por complicações da Covid-19 em 2020. De janeiro a março deste ano, três servidores faleceram.

Em maio deste ano, em menos de 24 horas, dois servidores faleceram, sendo um Oficial de Justiça e um técnico judicial. E nesta terça-feira (25), ocorreu mais um óbito. Há informações de que outros três servidores se encontram internados em estado grave.

São números preocupantes, dentro do universo do pessoal do TJMA, que atualmente compreende 345 magistrados e 5.292 servidores. Os afastamentos representam 7,25% da magistratura e 12,78% dos servidores, no período de Março de 2020 a Março de 2021.

“Apesar das efetivas ações contra a Covid-19 em todo o estado, é acentuado o avanço, alcançando números expressivos, inclusive com a confirmação da contaminação pelas novas variantes da doença, em especial a variante indiana recentemente descoberta, conforme demonstram os recentes boletins diários da Secretaria de Saúde Estadual, em que se evidencia o exaurimento tanto dos leitos clínicos quanto dos leitos de UTI destinados ao atendimento dos pacientes do coronavírus”, destaca o requerimento.

No âmbito da Justiça maranhense, diversas regulamentações têm sido editadas, pautando procedimentos voltados à preservação da saúde e segurança dos servidores, magistrados e de todos os jurisdicionados, sem prejuízo da prestação jurisdicional e uma dessas medidas foi a suspensão do atendimento presencial.

Porém, por meio da Portaria GP 3192021, o TJMA determinou a retomada das atividades presenciais a partir de 3 de maio de 2021, representando um acentuado risco de contágio, dada a liberação da demanda de atividades que requerem atendimento presencial, as quais estavam represadas em suas unidades de origem, durante o período de atendimento remoto.

Oficiais de Justiça

Outro ponto destacado é que o atendimento presencial da Justiça não se limita ao praticado em suas unidades jurisdicionais, com o dito atendimento de balcão, além dos despachos e audiências executados pelos magistrados, sendo também praticado, e em igual medida, fora das dependências das unidades judiciais, em especial, por suas diligências e cumprimento de mandados, atividades típicas de Oficiais de Justiça e Comissários de Justiça da Infância e Juventude, que não estão suspensas.

Portanto, considerando a continuidade da prestação jurisdicional, a qual por sua natureza, expõe os servidores e magistrados da Justiça Estadual ao permanente contato pessoal, a AMMA e o Sndjus entendem que devem ser ofertadas medidas mais contundentes de proteção às vidas desses profissionais, incluindo-os como prioridade no Plano de Vacinação Estadual.

“Tal medida visa à preservação da vida dos servidores e magistrados que continuam sua luta diária em permanente exposição ao risco de contaminação, dada a natureza de sua atividade, da mesma forma que foram incluídos profissionais de diversas áreas, como educação, segurança pública e rodoviários, entre outros, cujas atividades guardam similaridade entre as profissões, como por exemplo os Oficiais de Justiça e Comissários da Infância e Juventude”, afirmam a AMMA e Sndjus.

Município de Maracaçumé está proibido de realizar contratações temporárias de servidores

O Município de Maracaçumé está proibido de realizar novas contratações temporárias, notadamente em relação às funções às quais tenham candidatos aprovados no último concurso público. A decisão é da 1ª Vara de Maracaçumé e atende, parcialmente, a um pedido do Ministério Público. A decisão, assinada pelo juiz Raphael de Jesus Serra Amorim, estabelece multa única no valor de 100 mil reais em desfavor do gestor municipal em caso de descumprimento, sem prejuízo das ações penais e cíveis cabíveis no caso.

O processo trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público em face do município de Maracaçumé, no qual o órgão alega que o município, ao longo de 2021, já realizou mais de 500 contratações temporárias e que as mesmas seriam ilegais pelos seguintes motivos: ausência de lei criando os cargos temporários; cargos preenchidos não se enquadram nas hipóteses da Lei Municipal 101/2018; e não realização de processo seletivo prévio às contratações.

O MP pediu, então, uma liminar com o objetivo de proibir qualquer nova contratação por parte do executivo municipal com base na Lei nº 101/2018 até que o município demonstre que há lei posterior a 05 de março de 2018 criando cargos temporários e que as contratações de cargos temporários são realizadas meio de processo seletivo.

“O STF definiu as seguintes balizas interpretativas para que uma contratação temporária seja considerada válida: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração”, justifica o juiz.

QUESTIONAR AS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

A Justiça ressalta que, ao contrário do que argumentou o executivo municipal, a presente ação civil pública não tem por objetivo questionar a lei municipal. “O objeto da mesma está restrito às contratações realizadas pelo município de Maracaçumé no ano de 2021 (...) Analisando os termos legais, ciente de que o município de Maracaçumé realizou concurso público o qual está válido e pronto para homologação pela autoridade municipal, constato que grande parte das contratações realizadas pela municipalidade neste ano de 2021, cujas funções e quantitativos foram descritos pormenorizadamente pelo parquet na exordial, tem relação com cargos que foram alvo do concurso público”, analisa o magistrado.

Para o Judiciário, em havendo candidatos aprovados em concurso público, não poderia a administração pública proceder com contratações temporárias para aquelas funções, haja vista que a própria Lei Municipal nº 101/2018 é clara ao expor que “considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a admissão de pessoal nas áreas de saúde e administração, onde não houver candidatos aprovados no concurso público, em conformidade com a Lei nº 101/2002”.

O juiz destaca que, no caso em discussão, atento ao estágio processual, observa-se que as contratações temporárias estão sendo realizadas para desempenho de atividades as quais tem-se candidatos aprovados em concurso público já finalizado e pendente, apenas, de homologação por parte do gestor público. “Por mais que o município tenha por diversas vezes ao longo de sua manifestação alegado que a pandemia da Covid-19, nítida situação de emergência endêmica, motivou parte daquelas contratações temporárias, tal alegação não encontra substrato em nenhum elemento deste processo”, ponderou.

Por fim, esclarece que a própria lei municipal veda que a administração pública utilize a pandemia de Covid-19 como fundamento para um sistemático desrespeito às normas legais e constitucionais que definem o provimento de cargos e empregos públicos através de concurso público. “Não obstante as considerações de linhas acima, deve-se ter em mente que o município ainda terá o momento correto para ofertar defesa escrita e juntar aos autos provas capazes de demonstrar a contento, no bojo dos seus atos administrativos a motivação correlata com as ditas situações emergenciais que ensejaram as contratações temporárias sem um prévio procedimento simplificado”, concluiu.

Atendido pedido da OAB/MA pelo TJMA que trata sobre a extinção de Plataformas Judiciais para Conciliação

“O sentimento é de trabalho cumprido, de fortalecer ainda mais a valorização da advocacia e garantir o acesso à Justiça ao cidadão e cidadã”, afirmou Thiago Diaz. “A plataforma estava sendo indevidamente utilizada como fundamento para a extinção de processos judiciais, com evidente violação ao princípio constitucional de Acesso à Justiça”, explicou Kaio Saraiva, diretor-tesoureiro da OAB/MA. As falas celebram uma conquista e são referentes a decisão de revogação da Resolução 43/17, a pedido da OAB/MA pelo TJMA, que recomendava o uso da plataforma consumidor.gov e que infelizmente era utilizada por alguns julgadores para extinguir processos sem resolução do mérito, violando gravemente princípios constitucionais e inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça.

Em seus pedidos anteriores ao TJMA para revogação da Resolução a OAB Maranhão sempre pontuou que a prévia utilização dessas ferramentas são opção e não condição de ingresso das ações judiciais, uma vez que a própria lei não obriga ou condiciona a comprovação de conciliação extrajudicial em plataformas públicas digitais, plataformas estas que nem todos os cidadãos têm acesso.

O presidente do TJMA, Desembargador Lourival Serejo, reiterou o prejuízo à prestação jurisdicional e a importância do atendimento ao pleito de revogação da aludida resolução. “A Ordem é, e sempre será favorável aos métodos alternativos de solução de conflitos (entre eles a conciliação), entretanto, exigir das partes a utilização de tais plataformas (dentre elas a consumidor.gov) importa em inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça”, Thiago Diaz. “Ganha todo mundo com essa decisão: o sistema jurisdicional, ganha a Advocacia, ganham os jurisdicionados, e ganha o próprio Poder Judiciário”, complementou Kaio Saraiva.

RESOLUC?A?O N? 31-2021- REVOGA A RESOLUC?A?O N? 43-2017

A Contribuição do Ministério Público Maranhense e do Poder Judiciário à proteção ambiental local

Por: Prof. Heraldo Moreira

Data de publicação: 27/05/2021 - 7:30

Tags: Magistério

Em Comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Curso de Direito da Universidade Ceuma realizará um webinar com o tema: "A Contribuição do Ministério Público Maranhense e do Poder Judiciário à proteção ambiental local". O evento, que acontecerá no dia 02 de junho, às 18h30, contará com a participação do Promotor de Justiça do Maranhão, Luís Fernando Cabral Barreto Junior e do Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Dr. Douglas de Melo Martins, mediado pela Profa. Lorena Saboya.

O debate dará a estudantes, professores, pesquisadores e especialistas da área dos Direito Ambiental uma oportunidade para discutir questões relevantes acerca do meio ambiente e educação ambiental.

Transmissão ao vivo| Youtube Universidade Ceuma Oficial

Para participar, inscreva-se em: <https://www.even3.com.br/wecasmdmaacdmpeedjmppa2021/>

Convidados:

Luís Fernando Cabral Barreto Junior - Promotor de Justiça do Maranhão; Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ex-Professor de Direito ambiental e Urbanístico do curso de Pós-Graduação em Interesses Difusos e Coletivos da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Douglas de Melo Martins - Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Possui Doutorado em Sociologia Jurídica y Instituciones Politicas pela Universidad de Zaragoza. É professor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e Professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (ENFAM).

Mediação: Profa. Lorena Saboya (Universidade Ceuma)

Fonte: Webinar: A Contribuição do Ministério Público Maranhense e do Poder Judiciário à proteção ambiental local (ceuma.br)

A Contribuição do Ministério Público Maranhense e do Poder Judiciário à proteção ambiental local

Por: Prof. Heraldo Moreira

Data de publicação: 27/05/2021 - 7:30

Tags: Magistério

Em Comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Curso de Direito da Universidade Ceuma realizará um webinar com o tema: "A Contribuição do Ministério Público Maranhense e do Poder Judiciário à proteção ambiental local". O evento, que acontecerá no dia 02 de junho, às 18h30, contará com a participação do Promotor de Justiça do Maranhão, Luís Fernando Cabral Barreto Junior e do Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Dr. Douglas de Melo Martins, mediado pela Profa. Lorena Saboya.

O debate dará a estudantes, professores, pesquisadores e especialistas da área dos Direito Ambiental uma oportunidade para discutir questões relevantes acerca do meio ambiente e educação ambiental.

Transmissão ao vivo| Youtube Universidade Ceuma Oficial

Para participar, inscreva-se em: <https://www.even3.com.br/wecasmdmaacdmpeedjmppa2021/>

Convidados:

Luís Fernando Cabral Barreto Junior - Promotor de Justiça do Maranhão; Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ex-Professor de Direito ambiental e Urbanístico do curso de Pós-Graduação em Interesses Difusos e Coletivos da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Douglas de Melo Martins - Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Possui Doutorado em Sociologia Jurídica y Instituciones Politicas pela Universidad de Zaragoza. É professor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e Professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (ENFAM).

Mediação: Profa. Lorena Saboya (Universidade Ceuma)

Fonte: Webinar: A Contribuição do Ministério Público Maranhense e do Poder Judiciário à proteção ambiental local (ceuma.br)

Othelino discute medidas de enfrentamento à Covid-19 no Maranhão

27/05/2021 18:55:08

Na coletiva de imprensa, Othelino Neto enfatizou a necessidade urgente de ampliação do número de leitos para atendimento de pacientes com Covid-19. O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, de uma reunião, mediada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense, além dos órgãos constitucionais, no intuito de estabelecer novas ações conjuntas de enfrentamento à Covid-19 no estado. O encontro atendeu a um pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

O chefe do Legislativo afirmou que, mais uma vez, o Maranhão atravessa um período crítico da pandemia com o aumento repentino do número de internações, tanto em leitos de enfermagem, quanto de UTI, chegando, só na Grande Ilha, a uma taxa de ocupação de 97% de leitos de UTI na rede hospitalar.

"Há uma necessidade urgente, primeiro, de ampliação do número de leitos. O governador Flávio Dino anunciou que, ainda hoje, criará mais leitos na rede estadual, mas é preciso que as outras instituições liberem leitos para atender a população, a exemplo do Hospital Universitário, que tem dentro da sua estrutura essa possibilidade imediata de ampliação", assinalou Othelino Neto.

Na reunião, o governador Flávio Dino atualizou informações sobre o atual cenário da pandemia no estado e, também, esclareceu sobre a nova cepa indiana (variante da Covid-19), que foi registrada no Maranhão nos últimos dias. Também foram deliberadas novas medidas de enfrentamento conjunto do coronavírus no estado.

Ao final do encontro, os chefes dos Poderes, bem como dos órgãos constitucionais e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) assinaram um documento com oito medidas imediatas a serem adotadas.

Além da ampliação do número de leitos, constam no documento o alerta à sociedade quanto ao crescimento da pandemia no estado; a importância do uso de máscaras e de evitar aglomerações; a recomendação aos gestores municipais que analisem a realidade local e decidam quanto às medidas a serem adotadas; o uso rápido e intensivo de todas as doses de vacinas disponíveis; o apoio à revisão do Plano Nacional de Imunização; e a adoção de práticas responsáveis e de segurança sanitária quando do desempenho da atividade econômica.

"Essas são medidas imediatas, que precisam acontecer nas próximas 24 horas, além de reforçar a vacinação. Também, claro, ratificamos a importância das medidas de cuidados sanitários, como o uso da máscara e evitar aglomerações. Este tripé é fundamental para que possamos superar esse momento crítico", completou Othelino.

Também ficou marcada, para a próxima semana, uma nova reunião para monitoramento e análise de dados, a fim da adoção de novas medidas de combate à pandemia no estado. "Na semana que vem, vamos avaliar o que avançou de hoje para lá, e esperamos que, a partir dessas medidas que estão sendo tomadas, possamos, em

breve, superar esse momento", assinalou o presidente da Assembleia.

Governador Flávio Dino e outros Chefes de Poderes se unem para tomada de decisão sobre à Covid

27/05/2021 17:35:30

A reunião, realizada no Palácio dos Leões, foi conduzida pelo governador Flávio Dino e, além do defensor-geral do Maranhão, contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo; do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Othelino Neto; do procurador-geral de Justiça do MA, Eduardo Nicolau; do conselheiro vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Washington Oliveira; e do presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Erlânio Xavier.

Em conjunto, os representantes dos Poderes assinaram um documento com oito diretrizes. Entre elas, estão: a orientação aos municípios para uso rápido e intensivo de todas as doses de vacinas disponíveis e lançamento no sistema do Ministério da Saúde; a observância à necessidade de ampliação de leitos hospitalares e o funcionamento eficiente da Atenção Básica; e a convocação dos empresários, trabalhadores e consumidores a práticas responsáveis e com segurança sanitária no desempenho de atividades econômicas. Uma nova reunião de monitoramento e análise de dados será realizada na próxima semana.

Providências - Além de subscrever essas ações do enfrentamento conjunto à pandemia, a Defensoria Pública do Estado adotará outras medidas para reforçar o enfrentamento ao coronavírus.

De acordo com o defensor-geral Alberto Bastos, o defensor público do Núcleo de Defesa da Saúde e os promotores de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís decidiram realizar vistoria, nesta quinta-feira (27), em duas unidades hospitalares da capital, o Hospital Universitário (HUUFMA) e o Hospital da Mulher, para verificar a disponibilidade de leitos para tratamento da Covid-19.

Foi agendada, ainda, uma reunião para o dia 28, entre representantes da Defensoria Pública e Ministério Público estaduais, do Tribunal de Contas do Estado, da Secretaria de Estado da Saúde e todos os prefeitos dos municípios maranhenses para discutir estratégias voltadas às cidades que apresentam taxa de vacinação abaixo de 70%. O encontro foi marcado após ser informado, durante a reunião, que 600 mil doses foram entregues aos municípios, mas não foram aplicadas.

Além disso, a Defensoria Pública, o Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado elaborarão uma recomendação ao Governo do Estado solicitando a adoção de outras ações no Maranhão, como a ampliação do feriado de Corpus Christi, que cairá na quinta-feira, dia 3 de junho, e a proibição de festas e eventos de qualquer natureza neste período. As solicitações têm como objetivo tentar reduzir a circulação de pessoas e frear o ritmo de contágio da Covid-19.

Segundo o defensor-geral do Estado, a proposta é que, além da atuação lado a lado com o Executivo, o Legislativo e as demais instituições do Judiciário, a DPE/MA corrobore para o combate à pandemia, evitando a decretação de lockdown.

"Em conjunto, decidimos pela não adoção do lockdown neste momento, por entendermos que esta medida, mais enérgica, pode deixar algumas camadas da sociedade em situação de extrema vulnerabilidade. Por isso, além das ações definidas na reunião com os chefes dos Poderes, a Defensoria está se mobilizando para adotar todas as providências cabíveis, seja na esfera judicial e extrajudicial, para garantir que não seja necessário adotar medida tão excepcional. Não mediremos esforços dentro da nossa atuação no enfrentamento a essa emergência sanitária", destacou Alberto Bastos.

De acordo com o boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no dia 26, a Grande Ilha atingiu ocupação de 97,3% dos leitos de UTI e 86,65% de leitos clínicos. A taxa é referente aos leitos SUS disponíveis na rede da secretaria. O boletim aponta ainda que o Maranhão contabiliza 7.990 mortes por Covid-19 desde o início da pandemia.

Foto: divulgação

Com mais de 500 admissões ilegais, prefeito de Maracaçumé é proibido de contratar

Prefeito Tio Gal

O Município de Maracaçumé, comandado pelo prefeito Tio Gal, está proibido de realizar novas contratações temporárias, notadamente em relação às funções às quais tenham candidatos aprovados no último concurso público. A decisão é da 1ª Vara de Maracaçumé e atende, parcialmente, a um pedido do Ministério Público. A decisão, assinada pelo juiz Raphael de Jesus Serra Amorim, estabelece multa única no valor de 100 mil reais em desfavor do gestor municipal em caso de descumprimento, sem prejuízo das ações penais e cíveis cabíveis no caso.

O processo trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público em face do município de Maracaçumé, no qual o órgão alega que o município, ao longo de 2021, já realizou mais de 500 contratações temporárias e que as mesmas seriam ilegais pelos seguintes motivos: ausência de lei criando os cargos temporários; cargos preenchidos não se enquadram nas hipóteses da Lei Municipal 101/2018; e não realização de processo seletivo prévio às contratações.

O MP pediu, então, uma liminar com o objetivo de proibir qualquer nova contratação por parte do executivo municipal com base na Lei nº 101/2018 até que o município demonstre que há lei posterior a 05 de março de 2018 criando cargos temporários e que as contratações de cargos temporários são realizadas meio de processo seletivo.

“O STF definiu as seguintes balizas interpretativas para que uma contratação temporária seja considerada válida: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração”, justifica o juiz.

Rede de postos de combustível é alvo de operação da Gaeco em Apicum Açú, Cururupu e São Luís

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão realiza, neste momento, a Operação Citrus. Os alvos da operação estão situados nas cidades de Apicum Açú, Cururupu e São Luís, locais onde estão sendo cumpridos os mandados de busca e apreensão requeridos pelo órgão ministerial e deferidos pelo Poder Judiciário.

Um dos locais de busca fica na Avenida São Sebastião, no Cruzeiro do Anil, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. No galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum Açú. Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, estaria funcionando uma Fundação Comunitária de Apicum-Açú.

O MPMA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretação da prisão temporária como medida imprescindível para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados. Causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açú e um em Cururupu tão somente com dinheiro oriundo de eventos.

O empresário apresentou Imposto de Renda declarando com renda incompatível para a construção de três postos de gasolina.

A pedido da OAB-MA, TJ revoga resolução sobre utilização de plataformas extrajudiciais

Thiago Diaz, presidente da OAB Maranhão

A OAB Maranhão conquistou, na noite desta quarta-feira (26), mais uma importante vitória para a advocacia maranhense ao ter atendido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão o pedido de revogação da resolução Nº 43/2017 do TJMA, que trata da utilização de plataformas extrajudiciais, como exemplo a plataforma consumidor.gov , para tentativa de conciliação.

Os reiterados pedidos feitos pela Seccional da Ordem, por meio de sua Procuradoria Estadual de Defesa das Prerrogativas, foi motivada por diversas denúncias da advocacia maranhense de que essa Resolução estava sendo indevidamente utilizada como fundamento para a extinção de processos judiciais, com evidente violação ao princípio constitucional de Acesso à Justiça.

“A ordem é, e sempre será favorável aos métodos alternativos de solução de conflitos (entre eles a conciliação), entretanto, exigir das partes a utilização de tais plataformas (dentre elas a consumidor.gov) importa em inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça”, afirmou o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz.

Em reunião na tarde de hoje, 26/05, com o presidente do TJMA, Desembargador Lourival Serejo, a OAB Maranhão, representada pelo presidente Thiago, pelo diretor tesoureiro, Kaio Saraiva, pela presidente da OAB Bacabal, Andreia Furtado, e pelo presidente da OAB Estreito, Alisson Rodrigues, reiterou o prejuízo à prestação jurisdicional e a importância do atendimento ao pleito de revogação da aludida resolução.

Em seus pedidos anteriores ao TJMA para revogação da Resolução a OAB Maranhão sempre pontuou que a prévia utilização dessas ferramentas são opção e não condição de ingresso das ações judiciais, uma vez que a própria lei não obriga ou condiciona a comprovação de conciliação extrajudicial em plataformas públicas digitais, plataformas estas que nem todos os cidadãos têm acesso.

“Fico com a sensação de dever cumprido com o acolhimento desse pleito. Por oportuno, agradeço a sensibilidade do Des. Lorival Serejo por revogar a referida resolução. Ganha o sistema jurisdicional, ganha a Advocacia, ganham os jurisdicionados, e ganha o próprio Poder Judiciário”, finalizou Thiago Diaz.

Acesse Aqui a RESOL-GP - 312021

Gaeco faz buscas em Fundação Comunitária de Apicum-Açu e apreende joias e relógio de luxo

27/05/2021 08:48:54

Uma operação deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, junto com a Polícia Civil, culminou na apreensão de joias, relógio de luxo e frascos da vacina CoronaVac em uma casa onde estaria funcionando a Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

Segundo informações publicadas pelo Blog do Gilberto Léda, a investigação iniciou para apurar supostos desvios na Prefeitura de Apicum-Açu. Ao cumprir mandado de busca num posto de combustível no Cruzeiro do Anil, em São Luís, os agentes do MP encontraram documentos do Executivo Municipal.

A operação também cumpre mandados em Cururupu.

Na Fundação Comunitária de Apicum-Açu, localizada no Recanto dos Vinhais, em São Luís, a polícia apreendeu jóias, um relógio Rolex e frascos de CoronaVac numa caixa da vacina. No endereço, reside o filho de um ex-prefeito da cidade, que foi conduzido para prestar esclarecimentos.

A Promotoria requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretação da prisão temporária como medida imprescindível para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

"O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidade administrativa e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados. Causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu tão somente com dinheiro oriundo de eventos. O empresário apresentou Imposto de Renda declarando com renda incompatível para a construção de três postos de gasolina", diz o MP.

Rede de proteção à crianças e ao adolescente discute estratégias de combate à exploração sexual

O Judiciário de Balsas realizou, em 25 de maio, no auditório da subseção da OAB, reunião com representantes da rede de proteção e defesa da criança e do adolescente, com o objetivo de alinhar as ações estratégicas de combate ao abuso e à exploração sexual, por ocasião da realização do “Maio Laranja”, mês em que se comemora a passagem do “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” - 18/05.

Participaram da reunião, além dos juízes Douglas Lima da Guia (4ª Vara de Balsas) e Rafael Felipe de Sousa Leite (3ª Vara de Balsas) e servidores da equipe de assistência social e psicologia do Fórum, membros do Ministério Público Estadual e representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Delegacia Especial da Mulher, Idoso, Criança e Adolescente, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Casa Abrigo e Faculdade de Direito Unibalsas.

Como resultado da reunião ficou acordada a continuidade dos encontros bimestrais da rede de proteção; a realização de audiência pública com o Executivo estadual para tratar da implantação do ICRIM/IML em Balsas; a realização de mutirão processual para instrução e julgamento de crimes contra criança e adolescente; o encaminhamento ao executivo municipal de proposta de criação do comitê de decisão colegiada do sistema de garantia de direitos, e a elaboração de fluxo para atendimento vítimas ou testemunhas de crimes sexuais.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

“Com esta reunião valorizamos a articulação institucional tão necessária para uma efetiva proteção à criança e do adolescente, cumprindo, ainda, o que determina a Resolução 299 do CNJ ao estabelecer a participação dos magistrados na definição dos fluxos locais de atendimento quando da ocorrência de tais violações de direitos, em especial ao abuso sexual”, informou o juiz Douglas da Guia.

Para o juiz Rafael Leite, é necessário reforçar a atuação conjunta e coordenada das instituições, conforme as funções desempenhadas por cada órgão, para superação da questão da invisibilidade dos crimes sexuais, muitos deles no âmbito familiar, como primeiro passo para enfrentamento do problema. “É certo que um trauma dessa natureza é determinante para minar o saudável desenvolvimento da criança, comprometendo, ainda, a felicidade de que deveria desfrutar nesta etapa da vida”, ressaltou.

FAKE NEWS: Flávio Dino desmente novo lockdown no Maranhão

O governador do Maranhão, Flávio Dino usou as redes sociais para desconstruir notícias falsas que circularam nas redes sociais afirmando que haveria um novo lockdown (fechamento total) na capital. De acordo com o governador, essa notícia é falsa e ressaltou que a população maranhense não escute e nem compartilhe fakenews.

Hoje o governador se reúne e dialoga com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense com o objetivo de estabelecer novas ações para conter a disseminação da Covid-19 em todo o estado. A reunião contará com representantes do Executivo estadual, além de representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Maranhão.

Órgãos reúnem nesta quinta-feira (27) para discutir medidas de combate ao coronavírus

Nesta quinta-feira (27), o governador Flávio Dino reúne e dialoga com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense com o objetivo de estabelecer novas ações para conter a disseminação da Covid-19 em todo o estado.

Após a reunião, em coletiva, o governador atualizará informações sobre a cepa indiana - variante da Covid-19 - e esclarecerá as medidas de enfrentamento conjunto.

A reunião contará com representantes do Executivo estadual, além de representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Maranhão.

151 pessoas foram internadas nas últimas 24h em São Luís, alerta Dino

A ampliação de leitos exclusivos para a covid-19 em São Luís será a prioridade do Governo do Estado nos próximos dias, segundo anúncio feito por Flávio Dino após reunião com os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense. Nas últimas 24hrs, 151 pessoas com covid-19 precisaram ser internadas.

Além disso, o Ministério Público e Defensoria Pública irão acionar os municípios para entender o motivo de 600 mil doses de vacina ainda não terem sido utilizadas e cadastradas no sistema do Ministério da Saúde.

Flávio Dino também descartou a possibilidade de lockdown nos próximos três dias. “Não houve decisão de lockdown pros próximos 3 dias, mas não significa que tenhamos tirado isso do horizonte. Ninguém deseja lockdown. Mas se for necessário, faremos”, disse.

A reunião, feita a pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, teve a presença também o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, do conselheiro vice-presidente do Tribunal de Contas, Washington Oliveira, do defensor público-geral, Alberto Barros, e do presidente da Federação dos Municípios, Erlânio Xavier.

Loja Riachuelo é condenada por não devolver dinheiro dado a mais em pagamento de fatura

Uma loja de departamentos foi condenada por não devolver uma quantia paga a mais por uma cliente, por engano. A sentença é do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e é resultado de ação movida contra as Lojas Riachuelo. A autora relata na ação que é cliente da loja e que teria realizado uma compra no valor de R\$ 508, dividido em cinco vezes. Ao pagar uma das parcelas, teria se confundido com outro boleto, ocasião em que alterou o valor do pagamento para R\$ 2.323 e que após efetuar o pagamento, entrou em contato com a empresa e informou sobre o ocorrido na tentativa de solucionar o problema, o que não ocorreu.

A mulher informa, ainda, que teve que fazer empréstimo a terceiros para pagar o boleto do seguro. Diante dessa situação, requereu o julgamento totalmente procedente da ação, no sentido de condenar a empresa a devolver o valor pago de forma equivocada, bem como ao pagamento de indenização por danos morais causados. A requerida foi citada e, posteriormente intimada para uma audiência de conciliação, entretanto o representante da loja não compareceu, sendo decretada a sua revelia.

"No mérito, o caso é simples e de fácil deslinde, sendo oportuno deixar consignado que a presente lide versa acerca da retenção pela requerida de valor pago equivocadamente pela parte autora (...) Conforme observa-se nos documentos anexados ao processo, comprovado está que a autora, por ocasião do pagamento do boleto, equivocou-se no valor, realizando o pagamento de R\$ 2.323,00, quando deveria ser R\$ 102,35 (cento e dois reais e trinta e cinco centavos)", observou a sentença, frisando que a mulher ainda teria, posteriormente, efetuado o correto pagamento do boleto.

CONDUTA ABUSIVA

O Judiciário verificou, ainda, que a autora teria, por diversas vezes, tentado solucionar administrativamente o problema, não obtendo êxito. "Assim, incontroversa e abusiva, evidentemente, a atitude da loja demandada em reter valor que não lhe pertence, nada justificando sua conduta, mesmo que utilizada para fins de abatimento de débito futuros (...) A indevida retenção e a ausência de solução das reclamações da autora provocam a necessária restituição e também dano moral, não só pela retenção do valor, mas também por todo percurso enfrentado pela autora para fazer valer seus direitos", destaca a sentença, citando artigos do Código Civil.

Para a Justiça, o desrespeito e o descaso dispensados à autora, neste caso, justificam a indenização pretendida, a qual deve atender, sobretudo, aos critérios educativo e preventivo que norteiam o dano moral. "Há de se julgar parcialmente procedentes os pedidos, no sentido de condenar as Lojas Riachuelo a restituir a parte autora em R\$ 2.323,00 (...) Deverá a requerida proceder, ainda, ao pagamento de 3 mil reais, a título de indenização por danos morais causados à mulher", finaliza a sentença.

Representantes dos três Poderes no Maranhão definem ações conjuntas para combater a Covid-19

Reunião no Palácio dos Leões definiu medidas conjuntas contra Covid-19 (Foto: Brunno Carvalho)

Em reunião, na manhã desta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino esteve com representantes dos principais órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário no Maranhão. No encontro, foram discutidas e traçadas medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentamento da Covid-19. Entre as decisões, abertura e busca por mais leitos e reforço junto às prefeituras para avanço na imunização. Documento firmando soluções conjuntas foi assinado por todas as autoridades presentes.

A ocupação dos leitos foi o primeiro ponto abordado na reunião. O governador Flávio Dino informou o esgotamento da rede hospitalar - na rede pública e particular - na Ilha de São Luís e esforços dos poderes na busca de mais leitos em instituições e outras cidades do Maranhão, que possam ter disponibilidade. Nas últimas 24 horas, foram internadas 151 pessoas com coronavírus - o maior número desde o início da pandemia.

"Se esses esforços não resultarem na abertura de mais leitos na Ilha, teremos que, a partir de amanhã, começar a transportar pacientes para outras cidades do Maranhão. Nunca tivemos colapso hospitalar em nosso estado. E não teremos, em razão dessa união dos poderes", frisou o governador Flávio Dino.

Durante a reunião foi tratado, ainda, sobre doses de vacinas já distribuídas e que não aparecem no sistema do Ministério da Saúde. Cerca de 600 mil vacinas deixaram de ser aplicadas pelos municípios. "Cria um embaraço prático para nós, pois as vacinas foram entregues e não constam como aplicadas", frisou. O governador anunciou uma reunião para debater a situação com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. A reunião está prevista para esta sexta-feira (28). Governador Flávio Dino destacou a união de forças no Maranhão para enfrentamento da pandemia (Foto: Brunno Carvalho)

Sobre medidas restritivas, a definição foi que não haverá lockdown. "Chegamos a um consenso que, em curto prazo, não há espaço para lockdown. Portanto, não aprovamos essa medida, mas foi debatida. Há objetivos socioeconômicos e as instituições vão analisar sugestões que enviarão ao Governo do Estado, para outros momentos em que tenhamos que reexaminar nossos decretos, como vários estados estão fazendo", disse o governador. As sugestões de medidas restritivas devem ser enviadas nesta sexta-feira e vão considerar as realidades de cada região.

Flávio Dino reforçou a proibição de ancoramento nos portos maranhenses do navio indiano que está atracado na costa e, também, lembrou do decreto que determina que desembarques sejam comunicados previamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Seis pacientes indianos foram submetidos a teste para detectar variante da Covid-19. Os resultados devem ser divulgados ainda nesta quinta-feira. Na sexta-feira (28), haverá coletiva redefinindo as medidas em vigor.

"Estamos, há 15 meses, enfrentando o coronavírus todos os dias. E vamos continuar, mas chegamos a um patamar em que precisamos de ampla colaboração e o saldo positivo é que os poderes estão unidos para fazermos o que precisa ser feito", declarou o governador.

Esforços conjuntos

Reunião com representantes dos Três Poderes no Maranhão foi realizada no Palácio dos Leões (Fotos: Bruno Carvalho)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, destacou a união de esforços para tomar decisões. "Temos dados suficientes para tomarmos as providências necessárias. Aproveito para convocar a população para que tome consciência desse momento que estamos vivendo e que respeitem a vontade de viver do vizinho. A situação é séria e temos que estar unidos. Vamos ter cuidado com a saúde, a sua e a do próximo", enfatizou.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), Othelino Neto, frisou o cenário preocupante e reforçou o apoio dos parlamentares para a tomada de providências. "É uma ampla mobilização de todos os poderes e órgãos constitucionais para que todos nos sensibilizemos com este momento e, assim, evitar consequências mais graves no Maranhão", enfatizou. Ele sugeriu que sejam solicitados leitos ao Hospital Universitário, "que tem na sua estrutura a possibilidade imediata de ampliação", a adaptação do Plano Nacional de Imunização "à realidade atual, flexibilizando, para que possa chegar mais rapidamente à população" e que as pessoas evitem aglomerações.

Já o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Xavier, citou a ocupação dos leitos na Ilha de São Luís que está acima dos 96%. "Isso é preocupante. O governador Flávio Dino já abriu leitos de UTI praticamente em todas as regionais do nosso estado e tem enfrentado o coronavírus com muita decência e muito respeito ao povo do nosso estado. Estamos sempre cobrando dos municípios para que apliquem as vacinas. O Ministério Público e o Judiciário tomarão frente e vamos chamar os prefeitos para agilizar a vacinação, que é importante", afirmou.

O defensor Público-Geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos, frisou os números preocupantes e pontuou medidas. "Traçamos estratégias para melhorar a vacinação no estado. Faremos reunião com os prefeitos para tratar da temática e vistorias em unidades hospitalares da capital, para uma busca mais ativa de leitos que possam estar disponíveis à população. Estaremos em constante diálogo para que possamos, cada vez mais contribuir para que essa doença tenha a diminuição mais efetiva. Pedimos, encarecidamente, que a população use máscaras e faça o distanciamento social, que são medidas importantes para manter a saúde e a vida", pontuou.

Continue lendo em: <http://www.genivaldoabreu.com.br/2021/05/representantes-dos-tres-poderes-no.html>

Othelino discute medidas de enfrentamento à Covid-19 no Maranhão em reunião no Palácio dos Leões

Othelino participa de reunião mediada por Flávio Dino sobre o atual quadro da pandemia, no Palácio dos Leões

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, de uma reunião, mediada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense, além dos órgãos constitucionais, no intuito de estabelecer novas ações conjuntas de enfrentamento à Covid-19 no estado. O encontro atendeu a um pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

O chefe do Legislativo afirmou que, mais uma vez, o Maranhão atravessa um período crítico da pandemia com o aumento repentino do número de internações, tanto em leitos de enfermagem, quanto de UTI, chegando, só na Grande Ilha, a uma taxa de ocupação de 97% de leitos de UTI na rede hospitalar.

"Há uma necessidade urgente, primeiro, de ampliação do número de leitos. O governador Flávio Dino anunciou que, ainda hoje, criará mais leitos na rede estadual, mas é preciso que as outras instituições liberem leitos para atender a população, a exemplo do Hospital Universitário, que tem dentro da sua estrutura essa possibilidade imediata de ampliação", assinalou Othelino Neto.

Na reunião, o governador Flávio Dino atualizou informações sobre o atual cenário da pandemia no estado e, também, esclareceu sobre a nova cepa indiana (variante da Covid-19), que foi registrada no Maranhão nos últimos dias. Também foram deliberadas novas medidas de enfrentamento conjunto do coronavírus no estado.

Divulgação

Na coletiva de imprensa, Othelino Neto enfatizou a necessidade urgente de ampliação do número de leitos para atendimento de pacientes com Covid-19

Medidas imediatas

Ao final do encontro, os chefes dos Poderes, bem como dos órgãos constitucionais e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) assinaram um documento com oito medidas imediatas a serem adotadas.

Além da ampliação do número de leitos, constam no documento o alerta à sociedade quanto ao crescimento da pandemia no estado; a importância do uso de máscaras e de evitar aglomerações; a recomendação aos gestores municipais que analisem a realidade local e decidam quanto às medidas a serem adotadas; o uso rápido e intensivo de todas as doses de vacinas disponíveis; o apoio à revisão do Plano Nacional de Imunização; e a adoção de práticas responsáveis e de segurança sanitária quando do desempenho da atividade econômica.

"Essas são medidas imediatas, que precisam acontecer nas próximas 24 horas, além de reforçar a vacinação.

Também, claro, ratificamos a importância das medidas de cuidados sanitários, como o uso da máscara e evitar aglomerações. Este tripé é fundamental para que possamos superar esse momento crítico", completou Othelino.

Também ficou marcada, para a próxima semana, uma nova reunião para monitoramento e análise de dados, a fim da adoção de novas medidas de combate à pandemia no estado. "Na semana que vem, vamos avaliar o que avançou de hoje para lá, e esperamos que, a partir dessas medidas que estão sendo tomadas, possamos, em breve, superar esse momento", assinalou o presidente da Assembleia.

Divulgação

Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown e reiterou que o atual cenário não decorre da nova cepa indiana

União

Em coletiva à imprensa, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown e reiterou que o atual cenário não decorre da nova cepa indiana. O chefe do Executivo também frisou a importância da união entre os Poderes no enfrentamento da pandemia.

"Estamos, há 15 meses, enfrentando a crise do coronavírus todos os dias e vamos continuar. Mas, chegamos a um patamar em que precisamos de ampla colaboração e o saldo, muito relevante desse diálogo, é de que os Poderes do Estado e as representações municipais, lideradas pela Famem, estão unidas para fazermos o que precisa ser feito", enfatizou.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, fez um apelo sobre a seriedade do momento. "A situação é muito séria no Maranhão e precisamos estar unidos, todos os Poderes e a população. Faço esse apelo, com muita ênfase, para termos cuidado com a nossa saúde e a do próximo", disse.

O encontro reuniu, ainda, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral do Estado.

Polícia e MP encontram Rolex e caixas de CoronaVac em ação deflagrada em SLZ, Apicum-Açu e Cururupu

Publicado em 27 de maio de 2021 por gilbertoleda

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, junto com a Polícia Civil, deflagrou na manhã desta quinta-feira, 27, operação para investigar supostos desvios relacionados à Prefeitura de Apicum-Açu.

Segundo o órgão, ao cumprir mandado de busca num posto de combustível no Cruzeiro do Anil, em São Luís, foram encontrados documentos da prefeitura daquele município.

Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, estaria funcionando uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu. No local, além de jóias, foram encontrados um relógio Rolex e até frascos de CoronaVac numa caixa da vacina.

O MP não informou sobre qual gestão recaem as suspeitas, mas o filho de um ex-prefeito foi conduzido para explicar as vacinas e o relógio encontrados em sua residência.

Há mandados sendo cumpridos, também, em Cururupu.

A Promotoria requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretação da prisão temporária como medida imprescindível para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

“O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidade administrativa e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados. Causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu tão somente com dinheiro oriundo de eventos. O empresário apresentou Imposto de Renda declarando com renda incompatível para a construção de três postos de gasolina”, diz uma nota emitida há pouco pelo MP.

Gaeco deflagra operação e apura construção de postos de combustíveis com recursos públicos desviados

Operação foi deflagrada na manhã desta quinta-feira (27) e tem como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão (MP-MA) deflagrou na manhã desta quinta-feira (27) a Operação Citrus, que tem como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

Segundo o Gaeco, um dos locais de busca fica na Avenida São Sebastião, localizada no Cruzeiro do Anil, na capital, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. Ainda segundo o grupo, no galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum-Açu.

Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, também na capital São Luís, funcionaria uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

O MPMA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretar a prisão temporária para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O inquérito foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Bacuri para apurar atos de improbidades administrativas ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados.

Para a operação, causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis, sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu somente com dinheiro de eventos.

De acordo com a operação do Gaeco, o empresário apresentou imposto de renda declarando renda mensal de apenas R\$ 6 mil mensais, o que seria incompatível para a construção de três postos de gasolina.

Atendendo pleito da OAB/MA, Tribunal de Justiça revoga resolução que determinava plataforma que extinguiu processos judiciais

Publicado em 26 de maio de 2021

Em reunião virtual realizada nesta quarta-feira (26) com representantes da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, decidiu revogar resolução nº 43/17, que recomendava a utilização de plataformas extrajudiciais/digitais como instrumento para resolução de causas jurídicas, como o processo de conciliação.

A medida adotada pelo magistrado atendeu pedido formulado pelo presidente da entidade, Thiago Diaz, que participou do encontro remoto acompanhado do tesoureiro da Ordem, Kaio Saraiva; dos presidentes das subseções de Estreito e Bacabal, Allyson Rodrigues e Andreia Furtado, respectivamente; além do juiz de Estreito e do diretor-geral do TJMA, Mario Lobão.

“Neste momento, com a sensação de trabalho cumprido, tenho a alegria de informar/divulgar a todos A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO n• 43/2017 do TJMA”, comemorou Thiago Diaz.

De acordo com o presidente da OAB do Maranhão, que já havia solicitado a revogação da resolução desde abril, o referido dispositivo vinha sendo indevidamente utilizado como fundamento para extinção de processos judiciais, com evidente violação ao princípio constitucional de Acesso à Justiça.

“A Ordem é, e sempre será, favorável aos métodos alternativos de solução de conflitos (entre eles a conciliação), entretanto, exigir das partes a utilização de tais plataformas (dentre elas a consumidor.gov) importa em inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça. Por oportuno, agradeço a sensibilidade do Des. Lorival Serejo de, atendendo ao pleito da OAB, revogar a referida resolução. Ganha o sistema jurisdicional, ganha a Advocacia, ganham os jurisdicionados, e ganha o próprio Poder Judiciário”, disse Diaz.

Flávio Dino não descarta novo lockdown

Durante a manhã desta quinta-feira (27), o governador do Maranhão, Flávio Dino, se reuniu com representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública e Famem, para tratarem do aumento do número de casos da Covid-19.

Depois da reunião, em coletiva, confirmaram que assinaram um documento para que ações e decisões possam ser tomadas em conjunto, no intuito de frear o novo crescimento da doença e conseqüentemente um colapso hospitalar, principalmente na Região Metropolitana, que tem beirado a sua lotação nos leitos para a Covid-19.

O governador deixou claro que a prioridade é a busca pela ampliação dos leitos, mas destacou que as medidas restritivas, a partir do início da próxima semana, deverão ser revistas.

Sobre o lockdown, conforme o Blog destacou (reveja), foi sim debatido e Flávio Dino confirmou que não está descartado.

“Ninguém deseja isso, mas se for necessário nós adotaremos o lockdown”, afirmou.

É aguardar e conferir, mas é bom todos colaborarem para não reclamarem depois.

LAVAGEM DE DINHEIRO! Claudio Cunha e seus filhos são alvos do Gaeco

Ex-prefeito Claudio Cunha

O ex-prefeito de Apicum-Açu (MA), Claudio Cunha, foi alvo da Operação Citrus, deflagrada hoje (27) pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas. Também foram alvos os seus filhos: Caio Vitor de Castro Cunha, Jéssica Islla de Castro Cunha e Rodolfo Romero Pereira Oliveira (filho de criação). A equipe de reportagem do site do Luís Pablo teve acesso a decisão do juiz da Comarca de Bacuri, Adriano Lima Pinheiro, que autorizou a operação contra o ex-gestor e seus familiares.

No documento diz que Claudio usou do seu cargo à época como prefeito para “a concessão de licença e autorização para construção” do posto de combustível que está em nome dos seus filhos “em área de preservação permanente, cedida pela União para a prefeitura utilizar implantando equipamentos públicos”.

Em análise, o Gaeco constatou que as movimentações financeiras e a rendas dos filhos de Claudio Cunha mostram-se totalmente incompatíveis com os seus ganhos declarados e com as profissões atualmente exercidas, de maneira que podem ter patrimônio acrescido ilícitamente, por meio de lavagem de dinheiro realizada na Rede de Postos Guará Comércio de Combustíveis LTDA.

Durante a operação, a polícia encontrou no galpão do posto centenas de documentos (procedimentos licitatórios, folhas de pagamento, dados sobre pagamentos a fornecedores, dentre outros) de várias secretarias municipais de Apicum-Açu.

Em outros endereços alvos de busca e apreensão, foram encontrados jóias, relógios e frascos de vacinas contra a Covid-19 já utilizados. Inclusive, o ex-prefeito estava no local durante o cumprimento do mandado judicial.

De acordo com o Ministério Público, os estabelecimentos estariam sendo utilizados para a prática de lavagem de dinheiro. “Sustenta o Parquet que tais violações ocorridas na construção e funcionamento da referida rede de postos sinaliza a ocorrência de crimes ambientais, atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os representados”.

Governo fica sem saída e deve adotar restrições mais duras no MA

Diante da ameaça da cepa indiana do coronavírus - e com o aumento dos casos de coVID-19 - governador Flávio Dino reúne-se com chefes de outros poderes em busca de aval para um fechamento mais radical, sobretudo em São Luís

Dino vai tratar diretamente com chefes de poder e órgãos de controle sobre medidas restritivas no Maranhão

O governador Flávio Dino (PCdoB) já decidiu que precisará adotar medidas mais restritivas contra a CoVID-19 em todo o Maranhão, mas, sobretudo, na região da Grande São Luís.

Para buscar o aval dos outros chefes de poder,. ele vai se reunir nesta quarta-feira, 27, com os presidente do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa, além de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Na tarde de ontem, os secretários de estado e municipal da Saúde, Carlos Lula e Joel Nunes, já definiram as questões técnicas de adoção das medidas, que podem significar, inclusive, fechamento de várias atividades não-essenciais.

Duas questões preocupam o governador:

1 - o aumento nos casos de CoVID-19;

2 - a ameaça da cepa indiana - a mais perigosa - se espalhar no Maranhão.

Dentre as medidas, os chefes de poder e dos órgãos de controle vão traçar estratégias para vacinação em massa, fechamento de atividades não-essenciais e auxílio às populações mais vulneráveis.

Flávio Dino deve anunciar as novas medidas logo após a reunião com os chefes de poder...

Ex-prefeito de Apicum-Açu é alvo de operação do Gaeco

O ex-prefeito de Apicum-Açu Cláudio Cunha (PL) foi alvo, na manhã de hoje, de uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão, por suposto esquema de lavagem de dinheiro.

O Ministério Público requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretar a prisão temporária para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O inquérito foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Bacuri para apurar atos de improbidades administrativas ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados.

Para a operação, causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis, sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu somente com dinheiro de eventos. Durante a operação, batizada de Citrus, o Gaeco encontrou frascos da vacina Coronavac.

De acordo com a operação do Gaeco, o empresário apresentou imposto de renda declarando renda mensal de apenas R\$ 6 mil mensais, o que seria incompatível para a construção de três postos de gasolina.

Othelino discute medidas de enfrentamento à Covid-19 no Maranhão em reunião no Palácio dos Leões

Por Márcio Henrique • quinta-feira, 27 de maio de 2021

Othelino participa de reunião mediada por Flávio Dino sobre o atual quadro da pandemia, no Palácio dos Leões. O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, de uma reunião, mediada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense, além dos órgãos constitucionais, no intuito de estabelecer novas ações conjuntas de enfrentamento à Covid-19 no estado. O encontro atendeu a um pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

O chefe do Legislativo afirmou que, mais uma vez, o Maranhão atravessa um período crítico da pandemia com o aumento repentino do número de internações, tanto em leitos de enfermagem, quanto de UTI, chegando, só na Grande Ilha, a uma taxa de ocupação de 97% de leitos de UTI na rede hospitalar.

“Há uma necessidade urgente, primeiro, de ampliação do número de leitos. O governador Flávio Dino anunciou que, ainda hoje, criará mais leitos na rede estadual, mas é preciso que as outras instituições liberem leitos para atender a população, a exemplo do Hospital Universitário, que tem dentro da sua estrutura essa possibilidade imediata de ampliação”, assinalou Othelino Neto.

Na reunião, o governador Flávio Dino atualizou informações sobre o atual cenário da pandemia no estado e, também, esclareceu sobre a nova cepa indiana (variante da Covid-19), que foi registrada no Maranhão nos últimos dias. Também foram deliberadas novas medidas de enfrentamento conjunto do coronavírus no estado.

Medidas imediatas

Ao final do encontro, os chefes dos Poderes, bem como dos órgãos constitucionais e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) assinaram um documento com oito medidas imediatas a serem adotadas.

Além da ampliação do número de leitos, constam no documento o alerta à sociedade quanto ao crescimento da pandemia no estado; a importância do uso de máscaras e de evitar aglomerações; a recomendação aos gestores municipais que analisem a realidade local e decidam quanto às medidas a serem adotadas; o uso rápido e intensivo de todas as doses de vacinas disponíveis; o apoio à revisão do Plano Nacional de Imunização; e a adoção de práticas responsáveis e de segurança sanitária quando do desempenho da atividade econômica.

“Essas são medidas imediatas, que precisam acontecer nas próximas 24 horas, além de reforçar a vacinação. Também, claro, ratificamos a importância das medidas de cuidados sanitários, como o uso da máscara e evitar aglomerações. Este tripé é fundamental para que possamos superar esse momento crítico”, completou Othelino.

Também ficou marcada, para a próxima semana, uma nova reunião para monitoramento e análise de dados, a fim da adoção de novas medidas de combate à pandemia no estado. “Na semana que vem, vamos avaliar o que

avançou de hoje para lá, e esperamos que, a partir dessas medidas que estão sendo tomadas, possamos, em breve, superar esse momento”, assinalou o presidente da Assembleia.

Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown e reiterou que o atual cenário não decorre da nova cepa indiana
União

Em coletiva à imprensa, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown e reiterou que o atual cenário não decorre da nova cepa indiana. O chefe do Executivo também frisou a importância da união entre os Poderes no enfrentamento da pandemia.

“Estamos, há 15 meses, enfrentando a crise do coronavírus todos os dias e vamos continuar. Mas, chegamos a um patamar em que precisamos de ampla colaboração e o saldo, muito relevante desse diálogo, é de que os Poderes do Estado e as representações municipais, lideradas pela Famem, estão unidas para fazermos o que precisa ser feito”, enfatizou.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, fez um apelo sobre a seriedade do momento. “A situação é muito séria no Maranhão e precisamos estar unidos, todos os Poderes e a população. Faço esse apelo, com muita ênfase, para termos cuidado com a nossa saúde e a do próximo”, disse.

O encontro reuniu, ainda, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria Geral do Estado.

Operação cumpre mandados contra dono de postos de combustíveis no Maranhão

Por: O Informante

Data de publicação: 27/05/2021 - 8:26

Foto: Reprodução

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão realiza, na manhã desta quinta-feira (27), a Operação Citrus. Os alvos da operação estão situados nas cidades de Apicum/Açu, Cururupu e São Luís, locais onde estão sendo cumpridos os mandados de busca e apreensão requeridos pelo órgão ministerial e deferidos pelo Poder Judiciário.

Um dos locais de busca fica na Avenida São Sebastião, no Cruzeiro do Anil, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. No galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum Açu. Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, estaria funcionando uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu. Lá, foram encontrados além de jóias, um relógio Rolex e frascos de CoronaVac numa caixa da vacina.

O MPMA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretação da prisão temporária como medida imprescindível para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados. Causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu tão somente com dinheiro oriundo de eventos.

O empresário apresentou Imposto de Renda declarando renda incompatível para a construção de três postos de gasolina.

Covid-19: Amma e Sindjus querem vacinação prioritária de juizes e servidores da Justiça

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros, e o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA), George Ferreira, protocolaram ontem, 25, na Secretaria de Saúde do Estado, requerimento solicitando a inclusão de juizes e servidores da Justiça Estadual na lista de prioridades da vacinação contra a Covid-19.

Segundo eles, o pleito deve-se à alta taxa de contaminação nas unidades judiciais e ao aumento de mortes entre servidores.

“Nos últimos cinco dias, três servidores do Judiciário foram a óbito por complicações da Covid”, alegam.

Covid-19: Amma e Sindjus querem vacinação prioritária de juízes e servidores da Justiça

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros, e o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA), George Ferreira, protocolaram ontem, 25, na Secretaria de Saúde do Estado, requerimento solicitando a inclusão de juízes e servidores da Justiça Estadual na lista de prioridades da vacinação contra a Covid-19.

Segundo eles, o pleito deve-se à alta taxa de contaminação nas unidades judiciais e ao aumento de mortes entre servidores.

“Nos últimos cinco dias, três servidores do Judiciário foram a óbito por complicações da Covid”, alegam.

Covid-19: com hospitais cheios, pacientes da Grande São Luís podem ser transferidos para o interior

O governador Flávio Dino afirmou, após reunião com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense que, caso não consigam ampliar a quantidade de leitos para Covid-19 nas próximas 24h, os pacientes da Grande São Luís devem começar a ser transferidos para outras regiões do estado.

Nessa quarta-feira, a Grande Ilha atingiu 97,3% dos leitos de UTI e 86,65% de leitos clínicos, segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES). Também nessa quarta (26), 1107 novos casos foram registrados com 36 óbitos pela Covid-19. Agora, o Maranhão tem, ao todo, 286.945 casos confirmados e 7.990 mortes desde o início da pandemia.

“Não temos um colapso estadual. Mas se novos leitos não forem abertos na Grande São Luís em 24h, tanto no público, quanto no privado, pacientes serão transmitidos para outras cidades do Maranhão”, disse o governador.

Durante a coletiva, o governador disse que, no momento, ainda não há decisão de lockdown e esclareceu que a situação atual não deriva da cepa indiana, pois ainda não há evidência de transmissão local da nova variante da Covid-19 no estado. Na ocasião, o governador anunciou que as medidas restritivas de combate ao coronavírus permanecem as mesmas.

Veja os pontos principais do documento assinado pelos representantes do poderes e dos órgãos constitucionais do Maranhão:

Alertam toda a sociedade quanto ao novo crescimento da pandemia no Brasil e no nosso Estado;

Enfatizam a importância de medidas preventivas, especialmente o uso de máscaras e o impedimento a aglomerações desnecessárias;

Recomendam aos gestores municipais que analisem as realidades locais e decidiram quanto ao cabimento das medidas em cada cidade;

Conclamam para que haja uso rápido e intensivo de todas as doses de vacinas disponíveis, e que a aplicação das doses seja lançada no sistema informatizado do Ministério da Saúde;

Sublinham que é fundamental a ampliação de leitos hospitalares e o funcionamento eficiente da Atenção Básica, inclusive com testes disponíveis à população;

Apoiam a revisão do Plano Nacional de Imunização, para que haja adaptação mais rápida de diretrizes nacionais as realidades locais;

Convocam os empresários, trabalhadores e consumidores a práticas responsáveis e com segurança sanitária, quando do desempenho de atividades econômicas;

Comprometem-se a, na próxima semana, realizarem nova reunião de monitoramento e análise de dados, a fim de adoção de novas medidas quanto ao combate ao coronavírus no Estado do Maranhão.

Othelino discute medidas de enfrentamento à Covid-19 no Maranhão em reunião no Palácio dos Leões

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, de uma reunião, mediada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense, além dos órgãos constitucionais, no intuito de estabelecer novas ações conjuntas de enfrentamento à Covid-19 no estado. O encontro atendeu a um pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

O chefe do Legislativo afirmou que, mais uma vez, o Maranhão atravessa um período crítico da pandemia com o aumento repentino do número de internações, tanto em leitos de enfermagem, quanto de UTI, chegando, só na Grande Ilha, a uma taxa de ocupação de 97% de leitos de UTI na rede hospitalar.

“Há uma necessidade urgente, primeiro, de ampliação do número de leitos. O governador Flávio Dino anunciou que, ainda hoje, criará mais leitos na rede estadual, mas é preciso que as outras instituições liberem leitos para atender a população, a exemplo do Hospital Universitário, que tem dentro da sua estrutura essa possibilidade imediata de ampliação”, assinalou Othelino Neto.

Na reunião, o governador Flávio Dino atualizou informações sobre o atual cenário da pandemia no estado e, também, esclareceu sobre a nova cepa indiana (variante da Covid-19), que foi registrada no Maranhão nos últimos dias. Também foram deliberadas novas medidas de enfrentamento conjunto do coronavírus no estado.

Ao final do encontro, os chefes dos Poderes, bem como dos órgãos constitucionais e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) assinaram um documento com oito medidas imediatas a serem adotadas.

Além da ampliação do número de leitos, constam no documento o alerta à sociedade quanto ao crescimento da pandemia no estado; a importância do uso de máscaras e de evitar aglomerações; a recomendação aos gestores municipais que analisem a realidade local e decidam quanto às medidas a serem adotadas; o uso rápido e intensivo de todas as doses de vacinas disponíveis; o apoio à revisão do Plano Nacional de Imunização; e a adoção de práticas responsáveis e de segurança sanitária quando do desempenho da atividade econômica.

“Essas são medidas imediatas, que precisam acontecer nas próximas 24 horas, além de reforçar a vacinação. Também, claro, ratificamos a importância das medidas de cuidados sanitários, como o uso da máscara e evitar aglomerações. Este tripé é fundamental para que possamos superar esse momento crítico”, completou Othelino.

Também ficou marcada, para a próxima semana, uma nova reunião para monitoramento e análise de dados, a fim da adoção de novas medidas de combate à pandemia no estado. “Na semana que vem, vamos avaliar o que avançou de hoje para lá, e esperamos que, a partir dessas medidas que estão sendo tomadas, possamos, em breve, superar esse momento”, assinalou o presidente da Assembleia.

Em coletiva à imprensa, o governador Flávio Dino descartou a possibilidade de lockdown e reiterou que o atual cenário não decorre da nova cepa indiana. O chefe do Executivo também frisou a importância da união entre os

Poderes no enfrentamento da pandemia.

“Estamos, há 15 meses, enfrentando a crise do coronavírus todos os dias e vamos continuar. Mas, chegamos a um patamar em que precisamos de ampla colaboração e o saldo, muito relevante desse diálogo, é de que os Poderes do Estado e as representações municipais, lideradas pela Famem, estão unidas para fazermos o que precisa ser feito”, enfatizou.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, fez um apelo sobre a seriedade do momento. “A situação é muito séria no Maranhão e precisamos estar unidos, todos os Poderes e a população. Faço esse apelo, com muita ênfase, para termos cuidado com a nossa saúde e a do próximo”, disse.

Atendendo pleito da OAB/MA, Tribunal de Justiça revoga resolução que determinava plataforma que extinguiu processos judiciais

Publicado 27/05/2021 11:22:21 0 comentário

Em reunião virtual realizada nesta quarta-feira (26) com representantes da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, decidiu revogar resolução nº 43/17, que recomendava a utilização de plataformas extrajudiciais/digitais como instrumento para resolução de causas jurídicas, como o processo de conciliação.

A medida adotada pelo magistrado atendeu pedido formulado pelo presidente da entidade, Thiago Diaz, que participou do encontro remoto acompanhado do tesoureiro da Ordem, Kaio Saraiva; dos presidentes das subseções de Estreito e Bacabal, Allyson Rodrigues e Andreia Furtado, respectivamente; além do juiz de Estreito e do diretor-geral do TJMA, Mario Lobão.

“Neste momento, com a sensação de trabalho cumprido, tenho a alegria de informar/divulgar a todos A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO n• 43/2017 do TJMA”, comemorou Thiago Diaz.

De acordo com o presidente da OAB do Maranhão, que já havia solicitado a revogação da resolução desde abril, o referido dispositivo vinha sendo indevidamente utilizado como fundamento para extinção de processos judiciais, com evidente violação ao princípio constitucional de Acesso à Justiça.

“A Ordem é, e sempre será, favorável aos métodos alternativos de solução de conflitos (entre eles a conciliação), entretanto, exigir das partes a utilização de tais plataformas (dentre elas a consumidor.gov) importa em inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça. Por oportuno, agradeço a sensibilidade do Des. Lorival Serejo de, atendendo ao pleito da OAB, revogar a referida resolução. Ganha o sistema jurisdicional, ganha a Advocacia, ganham os jurisdicionados, e ganha o próprio Poder Judiciário”, disse Diaz.

Fonte: Blog do Glaucio Ericeira

Operação investiga construção de postos de combustíveis no Maranhão

Operação foi deflagrada na manhã desta quinta-feira (27) e tem como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

Foto de Teresa Cristina Teresa Cristina1 hora atrás0 1 minuto de leitura

Facebook Twitter

Jóias apreendidas na operação — Foto: Divulgação Jóias apreendidas na operação — Foto: Divulgação

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão (MP-MA) deflagrou na manhã desta quinta-feira (27) a Operação Citrus, que tem como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

Gaeco deflagra operação e apura construção de postos de combustíveis no Maranhão — Foto: Divulgação Segundo o Gaeco, um dos locais de busca fica na Avenida São Sebastião, localizada no Cruzeiro do Anil, na capital, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. Ainda segundo o grupo, no galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum-Açu. Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, também na capital São Luís, funcionaria uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

O MPMA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretar a prisão temporária para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O inquérito foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Bacuri para apurar atos de improbidades administrativas ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados.

Para a operação, causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis, sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu somente com dinheiro de eventos.

Gaeco deflagra operação e apura construção de postos de combustíveis no Maranhão — Foto: Divulgação De acordo com a operação do Gaeco, o empresário apresentou imposto de renda declarando renda mensal de apenas R\$ 6 mil mensais, o que seria incompatível para a construção de três postos de gasolina.

Operação Citrus faz busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís

Raimundo Nonato 27 de maio de 2021

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão (MP-MA) deflagrou na manhã desta quinta-feira (27) a Operação Citrus, que tem como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

Segundo o Gaeco, um dos locais de busca fica na Avenida São Sebastião, localizada no Cruzeiro do Anil, na capital, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. Ainda segundo o grupo, no galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum-Açu. Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, também na capital São Luís, funcionaria uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

Jóias apreendidas na operação — Foto: Divulgação

O MPMA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretar a prisão temporária para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O inquérito foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Bacuri para apurar atos de improbidades administrativas ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados.

Gaeco deflagra operação em Apicum-Açu, Cururupu e São Luís

A justiça apura atos de improbidade administrativa e outros ilícitos envolvendo os investigados. O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão realiza, neste momento, a Operação Citrus. Os alvos da operação estão situados nas cidades de Apicum/Açu, Cururupu e São Luís, locais onde estão sendo cumpridos os mandados de busca e apreensão requeridos pelo órgão ministerial e deferidos pelo Poder Judiciário.

Um dos locais de busca fica na Avenida São Sebastião, no Cruzeiro do Anil, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. No galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum Açu. Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, estaria funcionando uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

O MPMA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretação da prisão temporária como medida imprescindível para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados. Causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu tão somente com dinheiro oriundo de eventos.

O empresário apresentou Imposto de Renda declarando com renda incompatível para a construção de três postos de gasolina.

Operação do Gaeco investiga construção de postos de combustível no Maranhão

Mandados são cumpridos em Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DO MP-MA

27/05/2021 às 08h16

Operação do Gaeco investiga construção de postos de combustível no Maranhão

MP-MA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências). (Foto: Divulgação / MP-MA)

SÃO LUÍS - O Ministério Público do Maranhão (MP-MA), por meio Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), deflagrou uma operação, na manhã desta quinta-feira (27), com o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão requeridos pelo órgão ministerial e deferidos pelo Poder Judiciário, contra suspeitos de participação em esquema de de improbidade e construção de postos de combustível no Maranhão. Mandados são cumpridos em Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

De acordo com o MP-MA, na capital maranhense, um dos locais de busca fica na avenida São Sebastião, no bairro Cruzeiro do Anil, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. Segundo o MP, no galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum-Açu. Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, funcionava uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

O MP-MA requereu busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretação da prisão temporária como medida imprescindível para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados.

O MP-MA informou que causou estranheza o fato de o investigado ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu tão somente com dinheiro oriundo de eventos.

O empresário apresentou Imposto de Renda declarando renda mensal de apenas R\$ 6 mil reais mensais, o que seria incompatível para a construção de três postos de gasolina.

Com alta ocupação de leitos, pacientes da Grande São Luís com Covid-19 podem ser transferidos para outras regiões do Estado

Em reunião realizada na manhã desta quinta-feira (27), chefes dos poderes assumiram o monitoramento de oferta de leitos tanto na rede pública, quanto na rede privada no Estado.

Com alta ocupação de leitos, pacientes da Grande São Luís com Covid-19 podem ser transferidos para outras regiões do Estado

Reunião foi realizada na manhã desta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, sede do governo do Estado, em São Luís. (Foto: Brunno Carvalho)

SÃO LUÍS - O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) se reuniu, na manhã desta quinta-feira (27), com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense com o objetivo de estabelecer novas ações para conter a disseminação do coronavírus no Maranhão, especificamente na Grande São Luís, e a urgência de abertura de novos leitos para pacientes com a Covid-19.

A reunião foi pedida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Lourival Serejo, que avaliou o atual momento da pandemia no Maranhão como 'situação gravíssima'. "Temos que estar todos unidos, todos os poderes, com a população. Faço esse apelo, com muita ênfase, com muito sentimento, em face da situação que estamos vivendo. Vamos ter cuidado com a saúde e a saúde do próximo", disse o presidente do TJ-MA.

A reunião contou com representantes do Executivo estadual, além do presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem-MA), Erlânio Xavier; TJ-MA, Lourival Serejo; Ministério Público do Estado do Maranhão (MP-MA), Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto, e Defensoria Pública do Maranhão (DPE), Alberto Pessoa Bastos.

Os chefes dos poderes assumiram o monitoramento de oferta de leitos tanto na rede pública, quanto na rede privada no Estado. Durante a entrevista coletiva, realizada após a reunião, o governador Flávio Dino disse que, no momento, ainda não houve nenhuma decisão de lockdown. O governador ainda citou que a situação atual no Estado não deriva da cepa indiana. "A situação atual não deriva da cepa indiana, diz Flávio Dino. Não há evidência de nenhuma transmissão local da cepa indiana no Maranhão", afirmou Dino.

Durante a reunião, o chefe dos poderes assumiram o monitoramento de oferta de leitos tanto na rede pública, quanto na rede privada da Grande São Luís, que já tem taxa de ocupação de mais de 97%. "Não temos um colapso estadual. Mas se novos leitos não forem abertos na Grande São Luís em 24h (tanto na rede pública, quanto privada), paciente serão transferidos para outras cidades do Maranhão", explicou o governador.

O governador informou que próxima semana, uma nova reunião de monitoramento e análise de dados será realizada, a fim de adoção de novas medidas quanto ao combate ao coronavírus no Maranhão.

Veja os pontos principais do documento assinado por todos os representantes do poderes e dos órgãos constitucionais, assim como a Federação dos Municípios, da esfera maranhense:

1. Alertam toda a sociedade quanto ao novo crescimento da pandemia no Brasil e no nosso Estado;
2. Enfatizam a importância de medidas preventivas, especialmente o uso de mascaras e o impedimento a aglomerações desnecessárias;
3. Recomendam aos gestores municipais que analisem as realidades locais e decidiram quanto ao cabimento das medidas em cada cidade;
4. Conclamam para que haja uso rápido e intensivo de todas as doses de vacinas disponíveis, e que a aplicação das doses seja lançada no sistema informatizado do Ministério da Saúde;

5. Sublinham que é fundamental a ampliação de leitos hospitalares e o funcionamento eficiente da Atenção Básica, inclusive com testes disponíveis à população;

6. Apoiam a revisão do Plano Nacional de Imunização, para que haja adaptação mais rápida de diretrizes nacionais as realidades locais;

Continue lendo

em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/05/27/com-alta-ocupacao-de-leitos-pacientes-da-grande-sao-luis-com-covid-19-podem-ser-transferidos-para-outras-regioes-do-estado.shtml>

Testes de pessoas que tiveram contato com paciente indiano não detectaram nova cepa

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), descartou transmissão local no estado pela variante indiana.

Navio MV Shandong da Zhi. (Foto: Divulgação)

SÃO LUÍS - O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou, na tarde desta quinta-feira (27), que os testes realizados nas pessoas que tiveram contato com o paciente indiano infectado com a nova cepa não detectaram a variante indiana. O paciente indiano de 54 anos, está internado na UTI com a variante indiana (B.1.617) em São Luís

Da mesma maneira, os exames realizados em funcionários, hóspedes e tripulantes indianos que estão hospedados em um hotel da capital maranhense não detectaram a cepa indiana.

Leia também:

Com alta ocupação de leitos, pacientes da Grande São Luís com Covid-19 podem ser transferidos para outras regiões do Estado

Decreto estadual complementa fiscalização federal no desembarque de navios no Maranhão

Governo do Maranhão afirma que Anvisa autorizou entrada de 38 indianos no Estado

"Exames realizados na equipe do hospital privado que atende o paciente indiano não detectaram qualquer pessoa com a cepa indiana. Assim também no hotel com outros indianos. Assim, reiteramos que não há cepa indiana em transmissão local no Maranhão, no momento", disse o governador em sua rede social.

O Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, Carlos Lula, também usou suas redes sociais para anunciar o resultado dos testes.

"Está descartada a suspeita de transmissão local da variante indiana no Maranhão. Foram rastreadas e testadas 147 pessoas, das quais 6 testaram positivo para Covid-19 e tiveram amostras enviadas ao IEC. Após análise, o Instituto detectou a P.1 como variante das amostras", publicou o Carlos Lula.

Reunião para conter a disseminação da Covid-19

Não manhã desta quinta-feira (27) o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), se reuniu com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense com o objetivo de estabelecer novas ações para conter a disseminação do coronavírus no Maranhão, especificamente na Grande São Luís, e a urgência de abertura de novos leitos para pacientes com a Covid-19.

Reunião foi realizada na manhã desta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, sede do governo do Estado, em São Luís.

Sobre medidas restritivas, a definição foi que não haverá lockdown. “Chegamos a um consenso que, em curto prazo, não há espaço para lockdown. Portanto, não aprovamos essa medida, mas foi debatida. Há objetivos socioeconômicos e as instituições vão analisar sugestões que enviarão ao Governo do Estado, para outros momentos em que tenhamos que reexaminar nossos decretos, como vários estados estão fazendo”, disse o governador. As sugestões de medidas restritivas devem ser enviadas nesta sexta-feira e vão considerar as realidades de cada região.

Flávio Dino reforçou a proibição de ancoramento nos portos maranhenses do navio indiano que está atracado na costa e, também, lembrou do decreto que determina que desembarques sejam comunicados previamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Seis pacientes indianos foram submetidos a teste para detectar variante da Covid-19. Os resultados devem ser divulgados ainda nesta quinta-feira. Na sexta-feira (28), haverá coletiva redefinindo as medidas em vigor.

“Estamos, há 15 meses, enfrentando o coronavírus todos os dias. E vamos continuar, mas chegamos a um patamar em que precisamos de ampla colaboração e o saldo positivo é que os poderes estão unidos para fazermos o que precisa ser feito”, declarou o governador.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/05/27/testes-de-pessoas-que-tiveram-contato-com-paciente-indiano-no-nao-detectaram-nova-cepa.shtml>

Gaeco deflagra "Operação Citrus" para combater fraudes em Cururupu e São Luís

O Inquérito Civil instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão realiza, nesta quinta-feira (27) a Operação Citrus, nos municípios de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís.

O MPMA requereu a busca e apreensão em 13 alvos (empresas e residências), além de decretação da prisão temporária como medida imprescindível para a continuidade das investigações. O pedido foi deferido pelo juiz Adriano Lima, da Comarca de Bacuri.

O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais envolvendo os investigados.

Um dos locais de busca fica na Avenida São Sebastião, no Cruzeiro do Anil, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. No galpão do posto, foram encontrados documentos da Prefeitura de Apicum Açu. Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, estaria funcionando uma Fundação Comunitária de Apicum-Açu.

A Gaeco suspeitou da construção de três postos de combustíveis, sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu, com dinheiro oriundo de eventos. O empresário apresentou Imposto de Renda declarando com renda incompatível para a construção de três postos de gasolina.

Governador Flávio Dino reúne com representantes de Poderes para definir ações conjuntas contra Covid-19

A ocupação dos leitos foi o primeiro ponto abordado na reunião.

Governador Flávio Dino concedeu entrevista coletiva logo após a reunião (foto divulgação || Brinno Carvalho) Em reunião, na manhã desta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino esteve com representantes dos principais órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário no Maranhão. No encontro, foram discutidas e traçadas medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentamento da Covid-19. Entre as decisões, abertura e busca por mais leitos e reforço junto às prefeituras para avanço na imunização. Documento firmando soluções conjuntas foi assinado por todas as autoridades presentes.

A ocupação dos leitos foi o primeiro ponto abordado na reunião. O governador Flávio Dino informou o esgotamento da rede hospitalar - na rede pública e particular - na Ilha de São Luís e esforços dos poderes na busca de mais leitos em instituições e outras cidades do Maranhão, que possam ter disponibilidade. Nas últimas 24 horas, foram internadas 151 pessoas com coronavírus - o maior número desde o início da pandemia.

Reunão contou com a presença de representantes da SES, TCE, ALMA, entre outros (foto divulgação|| Bruno Carvalho)

“Se esses esforços não resultarem na abertura de mais leitos na Ilha, teremos que, a partir de amanhã, começar a transportar pacientes para outras cidades do Maranhão. Nunca tivemos colapso hospitalar em nosso estado. E não teremos, em razão dessa união dos poderes”, frisou o governador Flávio Dino.

Durante a reunião foi tratado, ainda, sobre doses de vacinas já distribuídas e que não aparecem no sistema do Ministério da Saúde. Cerca de 600 mil vacinas deixaram de ser aplicadas pelos municípios. “Cria um embaraço prático para nós, pois as vacinas foram entregues e não constam como aplicadas”, frisou. O governador anunciou uma reunião para debater a situação com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. A reunião está prevista para esta sexta-feira (28).

Sobre medidas restritivas, a definição foi que não haverá lockdown. “Chegamos a um consenso que, em curto prazo, não há espaço para lockdown. Portanto, não aprovamos essa medida, mas foi debatida. Há objetivos socioeconômicos e as instituições vão analisar sugestões que enviarão ao Governo do Estado, para outros momentos em que tenhamos que reexaminar nossos decretos, como vários estados estão fazendo”, disse o governador. As sugestões de medidas restritivas devem ser enviadas nesta sexta-feira e vão considerar as realidades de cada região.

Flávio Dino reforçou a proibição de ancoramento nos portos maranhenses do navio indiano que está atracado na costa e, também, lembrou do decreto que determina que desembarques sejam comunicados previamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Seis pacientes indianos foram submetidos a teste para detectar variante da Covid-19. Os resultados devem ser divulgados ainda nesta quinta-feira. Na sexta-feira (28), haverá coletiva redefinindo as medidas em vigor.

“Estamos, há 15 meses, enfrentando o coronavírus todos os dias. E vamos continuar, mas chegamos a um patamar em que precisamos de ampla colaboração e o saldo positivo é que os poderes estão unidos para fazermos o que precisa ser feito”, declarou o governador.

Esforços conjuntos

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, destacou a união de esforços para tomar decisões. “Temos dados suficientes para tomarmos as providências necessárias. Aproveito para convocar a população para que tome consciência desse momento que estamos vivendo e que respeitem a vontade de viver do vizinho. A situação é séria e temos que estar unidos. Vamos ter cuidado com a saúde, a sua e a do próximo”, enfatizou.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), Othelino Neto, frisou o cenário preocupante e reforçou o apoio dos parlamentares para a tomada de providências. “É uma ampla mobilização de todos os poderes e órgãos constitucionais para que todos nos sensibilizemos com este momento e, assim, evitar consequências mais graves no Maranhão”, enfatizou. Ele sugeriu que sejam solicitados leitos ao Hospital Universitário, “que tem na sua estrutura a possibilidade imediata de ampliação”, a adaptação do Plano Nacional de Imunização “à realidade atual, flexibilizando, para que possa chegar mais rapidamente à população” e que as pessoas evitem aglomerações.

Já o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Xavier, citou a ocupação dos leitos na Ilha de São Luís que está acima dos 96%. “Isso é preocupante. O governador Flávio Dino já abriu leitos de UTI praticamente em todas as regionais do nosso estado e tem enfrentado o coronavírus com muita decência e muito respeito ao povo do nosso estado. Estamos sempre cobrando dos municípios para que apliquem as vacinas. O Ministério Público e o Judiciário tomarão frente e vamos chamar os prefeitos para agilizar a vacinação, que é importante”, afirmou.

Continue lendo

em: <https://jornalitaquibacanga.com.br/2021/05/27/governador-flavio-dino-reune-com-representantes-de-poderes-para-definir-acoes-conjuntas-contracovid-19/>

Prioridade de vacinas

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros, e o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão, George Ferreira, protocolaram, na Secretaria de Saúde do Estado, um requerimento solicitando a inclusão de juízes e servidores da Justiça Estadual na lista de prioridades da vacinação contra a Covid-19.

Segundo eles, o pedido deve-se à alta taxa de contaminação nas unidades judiciais e ao aumento de mortes entre servidores.

Nos últimos cinco dias, três servidores do Judiciário morreram por complicações da doença.

Prioridade de vacinas

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros, e o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão, George Ferreira, protocolaram, na Secretaria de Saúde do Estado, um requerimento solicitando a inclusão de juízes e servidores da Justiça Estadual na lista de prioridades da vacinação contra a Covid-19.

Segundo eles, o pedido deve-se à alta taxa de contaminação nas unidades judiciais e ao aumento de mortes entre servidores.

Nos últimos cinco dias, três servidores do Judiciário morreram por complicações da doença.

Cartilha de Estágio

O Tribunal de Justiça do Maranhão lançou a “Cartilha de Estágio - 2021”, projeto que visa o processo seletivo de estágio realizado pela Escola Superior da Magistratura em fevereiro deste ano para o preenchimento de 220 vagas, com objetivo de orientar os estagiários e as estagiárias. A cartilha tem 48 páginas. O projeto traz esclarecimentos quanto à regulamentação do estágio, deveres e direitos das partes envolvidas, ou seja, entre os estagiários, o Tribunal de Justiça e o supervisor destinado a cada estudante.

Comitê de crise

27/05/2021

O governador do Maranhão, Flávio Dino, confirmou para hoje uma reunião com chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de representantes do Tribunal de Contas, Ministério Público e da Defensoria Pública, para traçar novas medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 no Maranhão.

De acordo com Flávio Dino, o motivo é um só: aumento de casos de coronavírus. Há quem fale nos bastidores de possibilidade real de um novo lockdown no estado. A medida - entre as novas restrições que já são cogitadas -, apesar de polêmica, será discutida.

Na manhã de ontem, antes de anunciar a reunião com os demais órgãos e Poderes constituídos, Dino já havia alertado a população para o aumento de casos confirmados e de internações em hospitais públicos e privados do estado.

“Reitero que a ocupação de leitos estaduais de UTI em São Luís está altíssima, há vários dias. Nossa equipe da Secretaria Estadual de Saúde está trabalhando até agora para encontrar saídas emergenciais. Muito importante que todos façam a sua parte”, escreveu em seu perfil em rede social.

A elevação de casos, internações e mortes pela doença no estado têm provocado tensão no Governo do Maranhão e no Ministério da Saúde, sobretudo após a confirmação da variante indiana em seis tripulantes de um navio fundeado na costa do estado.

Há uma força tarefa com a testagem em massa da população em locais públicos, como o Terminal de Integração da Praia Grande e com ampliação da vacinação nos municípios da Ilha, com a aplicação das 300 mil doses extras de vacinas encaminhadas pelo Governo Federal.

Tudo isso para evitar um possível colapso no sistema de saúde.

O comitê de crise, portanto, está instalado.

Coletiva

Logo após a reunião com os chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário e com o comando do Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, Flávio Dino falará com a imprensa.

Ele anunciou uma entrevista coletiva para as 10h30, no Palácio dos Leões. O objetivo é apresentar à população as novas medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Há certa tensão em proprietários de restaurantes e bares sobre uma possível nova restrição drástica no setor.

Reunião com poderes

O governador Flávio Dino se reúne, nesta quinta-feira, com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O objetivo é estabelecer novas ações para conter a disseminação da Covid-19 no Maranhão. Após a reunião, Dino atualizará as informações sobre a cepa indiana (variante da Covid-19) e esclarecerá as medidas conjuntas de enfrentamento.

Flávio Dino rechaça possibilidade de lockdown

Em manifestação em seu perfil e rede social, governador classificou informação de fake news e atacou responsáveis por "boato"

RONALDO ROCHA / DA EDITORIA DE POLÍTICA

27/05/2021 às 08h53

Flávio Dino rechaça possibilidade de lockdown

Notícia de fechamento total foi desmentida pelo governador (Paulo Soares/O Estado)

SÃO LUÍS - O governador Flávio Dino (PCdoB) classificou de fake news e descartou a possibilidade de anunciar hoje um novo lockdown no Maranhão.

Dino está reunido neste momento com chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de membros do Ministério Público, Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado, para definir novas medidas restritivas.

O anúncio das medidas ocorrerá às 10h30 em uma entrevista coletiva no Palácio dos Leões anunciada por ele na tarde de ontem.

As medidas que serão apresentadas ocorrem por causa do aumento abrupto no número de casos de infecções, mortes e internações por causa da Covid-19.

"Fake news diversas hoje: notícias mentirosas sobre coronavírus; anúncio falso de lockdown; ordem minha para afastar um PM. Repito: notícias plantadas por bandidos. Gente perigosa que mente como meio de vida", escreveu.

As discussões sobre um possível lockdown surgiram ontem, logo após o chefe do Executivo ter anunciado a reunião de emergência e a entrevista coletiva.

O comunista nega a possibilidade.

Reunião no Palácio dos Leões define ações para combate à Covid-19

No encontro, foram discutidas e traçadas medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentamento da Covid-19

Reunião no Palácio dos Leões definiu medidas conjuntas contra Covid-19. (Foto: Brunno Carvalho)

Em reunião, na manhã desta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino esteve com representantes dos principais órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário no Maranhão. No encontro, foram discutidas e traçadas medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentamento da Covid-19. Entre as decisões, abertura e busca por mais leitos e reforço junto às prefeituras para avanço na imunização. Documento firmando soluções conjuntas foi assinado por todas as autoridades presentes.

A ocupação dos leitos foi o primeiro ponto abordado na reunião. O governador Flávio Dino informou o esgotamento da rede hospitalar - na rede pública e particular - na Ilha de São Luís e esforços dos poderes na busca de mais leitos em instituições e outras cidades do Maranhão, que possam ter disponibilidade. Nas últimas 24 horas, foram internadas 151 pessoas com coronavírus - o maior número desde o início da pandemia.

“Se esses esforços não resultarem na abertura de mais leitos na Ilha, teremos que, a partir de amanhã, começar a transportar pacientes para outras cidades do Maranhão. Nunca tivemos colapso hospitalar em nosso estado. E não teremos, em razão dessa união dos poderes”, frisou o governador Flávio Dino.

Durante a reunião foi tratado, ainda, sobre doses de vacinas já distribuídas e que não aparecem no sistema do Ministério da Saúde. Cerca de 600 mil vacinas deixaram de ser aplicadas pelos municípios. “Cria um embaraço prático para nós, pois as vacinas foram entregues e não constam como aplicadas”, frisou. O governador anunciou uma reunião para debater a situação com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. A reunião está prevista para esta sexta-feira (28).

Sobre medidas restritivas, a definição foi que não haverá lockdown. “Chegamos a um consenso que, em curto prazo, não há espaço para lockdown. Portanto, não aprovamos essa medida, mas foi debatida. Há objetivos socioeconômicos e as instituições vão analisar sugestões que enviarão ao Governo do Estado, para outros momentos em que tenhamos que reexaminar nossos decretos, como vários estados estão fazendo”, disse o governador. As sugestões de medidas restritivas devem ser enviadas nesta sexta-feira e vão considerar as realidades de cada região.

Flávio Dino reforçou a proibição de ancoramento nos portos maranhenses do navio indiano que está atracado na costa e, também, lembrou do decreto que determina que desembarques sejam comunicados previamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Seis pacientes indianos foram submetidos a teste para detectar variante da Covid-19. Os resultados devem ser divulgados ainda nesta quinta-feira. Na sexta-feira (28), haverá coletiva redefinindo as medidas em vigor.

Reunião vai debater medidas de combate ao coronavírus no Maranhão

Após a reunião, em coletiva, o governador atualizará informações sobre a cepa indiana

Fonte: Da redação com Secap

Data de publicação: 27/05/2021

Foto: Reprodução

Nesta quinta-feira (27), o governador Flávio Dino reúne e dialoga com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense com o objetivo de estabelecer novas ações para conter a disseminação da Covid-19 em todo o estado.

Após a reunião, em coletiva, o governador atualizará informações sobre a cepa indiana - variante da Covid-19 - e esclarecerá as medidas de enfrentamento conjunto.

A reunião contará com representantes do Executivo estadual, além de representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Maranhão.

Flávio Dino desmente novo lockdown no Maranhão neste momento

O governador do Maranhão, Flávio Dino, usou as suas redes sociais para desconstruir notícias falsas que circularam nas redes sociais afirmando que haveria um novo lockdown (fechamento total) na capital. De acordo com o governador, essa notícia é falsa e ressaltou que a população maranhense não escute e nem compartilhe fakenews.

Hoje o governador se reúne e dialoga com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense com o objetivo de estabelecer novas ações para conter a disseminação da Covid-19 em todo o estado. A reunião contará com representantes do Executivo estadual, além de representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Maranhão.

151 pessoas foram internadas nas últimas 24h em São Luís, alerta Dino

A ampliação de leitos exclusivos para a covid-19 em São Luís será a prioridade do Governo do Estado nos próximos dias, segundo anúncio feito por Flávio Dino após reunião com os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense. Nas últimas 24hrs, 151 pessoas com covid-19 precisaram ser internadas.

Além disso, o Ministério Público e Defensoria Pública irão acionar os municípios para entender o motivo de 600 mil doses de vacina ainda não terem sido utilizadas e cadastradas no sistema do Ministério da Saúde.

Flávio Dino também descartou a possibilidade de lockdown nos próximos três dias. “Não houve decisão de lockdown pros próximos 3 dias, mas não significa que tenhamos tirado isso do horizonte. Ninguém deseja lockdown. Mas se for necessário, faremos”, disse.

A reunião, feita a pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, teve a presença também o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, do conselheiro vice-presidente do Tribunal de Contas, Washington Oliveira, do defensor público-geral, Alberto Barros, e do presidente da Federação dos Municípios, Erlânio Xavier. Veja o documento assinado pelos representantes.

Vacinas contra Covid-19 são encontradas na residência do filho do ex-prefeito de Apicum-Açu em São Luís

MPMA deflagra Operação Citrus em Apicum-Açu, Cururupu e São Luís

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bacuri, com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e da Polícia Civil, no cumprimento dos mandados judiciais, realizou, na manhã desta quinta-feira, 27, a Operação Citrus. Os alvos da operação estão situados nas cidades de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís, locais onde estão sendo cumpridos 13 mandados de busca e apreensão requeridos pelo órgão ministerial e deferidos pelo Poder Judiciário da comarca de Bacuri.

Um dos endereços fica na Avenida São Sebastião, no Cruzeiro do Anil, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. No galpão do posto, foram encontrados centenas de documentos (procedimentos licitatórios, folhas de pagamento, dados sobre pagamentos a fornecedores, dentre outros) de várias secretarias municipais de Apicum-Açu.

Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, também em São Luís, indicado como da Fundação Comunitária de Apicum-Açu, foram encontrados diversos documentos da prefeitura de Apicum-Açu. O local é vizinho de outro imóvel de propriedade do ex-gestor, também objeto de busca e apreensão, e funciona, supostamente, como um escritório paralelo da prefeitura de Apicum-Açu.

No endereço residencial do filho do ex-prefeito de Apicum-Açu, na Avenida dos Holandeses, em São Luís, foram encontrados, entre outras coisas, jóias, relógios e frascos de vacinas contra a Covid-19 já utilizados. Inclusive, o ex-prefeito Cláudio Luiz Lima Cunha estava no local durante o cumprimento do mandado judicial.

Investigação - O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais. O fato de o investigado Rodolfo Romero Pereira Oliveira ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu - de forma simultânea, somente com dinheiro oriundo de eventos, levantou suspeitas do Ministério Público do Maranhão.

O empresário tem renda mensal de R\$ 6 mil, o que seria incompatível com a construção de três postos de gasolina. Rodolfo Romero Pereira Oliveira é apadrinhado político do atual prefeito de Apicum-Açu, sendo conhecido na cidade como “filho adotivo” do ex-gestor Cláudio Luiz Lima Cunha.

Ouvido pelo Ministério Público, o empresário afirmou não saber quanto gastou na construção de tais postos de combustíveis, ficando claro o total desconhecimento a respeito dos negócios em que figura como sócio ou proprietário.

Verificou-se que não havia, à época da expedição da licença “de operação”, quaisquer estudos de impacto ambiental. A empresa apresentou um Plano de Controle Ambiental somente em 12 de dezembro de 2018, um dia antes da audiência extrajudicial ocorrida na sede da Promotoria de Justiça de Bacuri. De acordo com as

investigações, a proximidade com o ex-prefeito teria facilitado a obtenção de licenças ambientais.

As investigações apontam que a rede de postos serviria somente para a lavagem de dinheiro de origem desconhecida, sob o pretexto de venda de combustíveis.

Além da Rede Guará de postos de combustíveis, Rodolfo Romero consta no rol de sócios da empresa Sistema de Comunicação Guará de Apicum-Açu, tendo como sócios Jéssica Islla de Castro Cunha e Caio Vitor de Castro Cunha, filhos do ex-prefeito de Apicum-Açu Cláudio Cunha.

A análise das movimentações financeiras e rendas dos três empresários mostram-se totalmente incompatíveis com os seus ganhos declarados e com as profissões atualmente exercidas, de maneira que podem ter patrimônio acrescido ilicitamente, por meio de lavagem de dinheiro realizada na Rede de Postos Guará Comércio de Combustíveis LTDA.

Governador do Maranhão descarta mais uma vez lockdown e anuncia estratégias para conter terceira onda da Covid-19

Em coletiva realizada na manhã desta quinta-feira (27), Flávio Dino (PCdo B), destacou, ainda, que não há motivo para pânico em relação à cepa indiana.

Governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), em coletiva na manhã desta quinta-feira (27). (Foto: Paulo Pontes/O Imparcial)

Em coletiva de imprensa, realizada na manhã desta quinta-feira (27), o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou que não haverá lockdown em São Luís, mas que não descarta a possibilidade, já que o número de leitos em UTI para Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, estão em 82,32% de ocupação na capital maranhense.

“Nós temos uma dupla estratégia para evitar o colapso e faço questão de frisar que, quando falo de colapso, não estou falando só da rede estadual, estou falando também da rede privada”, afirmou o governador do Maranhão, referindo-se às novas medidas que serão anunciadas nesta sexta (28) e a busca de novos leitos nas próximas 24h para capital maranhense.

Segundo Flávio Dino, os pacientes diagnosticados com o novo coronavírus que precisam ser internados em UTI serão transferidos para outras cidades do Maranhão, caso não haja mais leitos disponíveis nos hospitais de rede pública e privada em São Luís.

“Nós estamos abrindo novos leitos todos os dias, vamos abrir leitos hoje inclusive em São Luís. Apenas consideramos que essa nossa capacidade de abertura do estado, na ilha, na capital, não atende o tamanho da demanda e por isso as outras instituições vão procurar outras esferas do poder, no caso basicamente as prefeituras e o hospital universitário, em termos práticos o que vai acontecer é que haverá uma reunião hoje com o hospital universitário para ver se existe a possibilidade de abrir mais 20 ou 30 leitos, por isso nós evitamos que pacientes de São Luís sejam transportados para outra cidade do Maranhão”, afirmou Dino.

Ainda sobre o lockdown, o governador do Maranhão se mostrou indignado durante a coletiva, com as fake news espalhadas nas redes sociais nessa quarta (27). De acordo com Flávio Dino, as informações falsas causaram pânico desnecessário na sociedade.

“Mas não significa que nós tenhamos tirado isso do horizonte. Ninguém deseja lockdown ou paralisação, suspensão da atividade A ou B, ninguém quer isso, nenhum de nós. Mas unanimemente, se for necessário, faremos”, esclareceu Flávio Dino.

Já sobre a cepa indiana, o governador do Maranhão afirmou que não há motivo para pânico, já que há apenas um caso da variante em São Luís. O paciente indiano, de 54 anos, segue internado em UTI em um hospital de rede privada.

A coletiva desta quinta aconteceu no Palácio dos Leões, na capital maranhense, após reunião de Flávio Dino com representantes do Executivo estadual, representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Maranhão.

*Matéria em atualização

Rede de proteção à crianças e ao adolescente discute estratégias de combate à exploração sexual

O Judiciário de Balsas realizou, em 25 de maio, no auditório da subsecção da OAB, reunião com representantes da rede de proteção e defesa da criança e do adolescente, com o objetivo de alinhar as ações estratégicas de combate ao abuso e à exploração sexual, por ocasião da realização do "Maio Laranja", mês em que se comemora a passagem do "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" - 18/05.

Participaram da reunião, além dos juízes Douglas Lima da Guia (4ª Vara de Balsas) e Rafael Felipe de Sousa Leite (3ª Vara de Balsas) e servidores da equipe de assistência social e psicologia do Fórum, membros do Ministério Público Estadual e representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Delegacia Especial da Mulher, Idoso, Criança e Adolescente, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Casa Abrigo e Faculdade de Direito Unibalsas.

Como resultado da reunião ficou acordada a continuidade dos encontros bimestrais da rede de proteção; a realização de audiência pública com o Executivo estadual para tratar da implantação do ICRIM/IML em Balsas; a realização de mutirão processual para instrução e julgamento de crimes contra criança e adolescente; o encaminhamento ao executivo municipal de proposta de criação do comitê de decisão colegiada do sistema de garantia de direitos, e a elaboração de fluxo para atendimento vítimas ou testemunhas de crimes sexuais.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

"Com esta reunião valorizamos a articulação institucional tão necessária para uma efetiva proteção à criança e do adolescente, cumprindo, ainda, o que determina a Resolução 299 do CNJ ao estabelecer a participação dos magistrados na definição dos fluxos locais de atendimento quando da ocorrência de tais violações de direitos, em especial ao abuso sexual", informou o juiz Douglas da Guia.

Para o juiz Rafael Leite, é necessário reforçar a atuação conjunta e coordenada das instituições, conforme as funções desempenhadas por cada órgão, para superação da questão da invisibilidade dos crimes sexuais, muitos deles no âmbito familiar, como primeiro passo para enfrentamento do problema. "É certo que um trauma dessa natureza é determinante para minar o saudável desenvolvimento da criança, comprometendo, ainda, a felicidade de que deveria desfrutar nesta etapa da vida", ressaltou.

MPMA deflagra Operação Citrus em Apicum-Açu, Cururupu e São Luís

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bacuri, com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e da Polícia Civil, no cumprimento dos mandados judiciais, realizou, na manhã desta quinta-feira, 27, a Operação Citrus. Os alvos da operação estão situados nas cidades de Apicum-Açu, Cururupu e São Luís, locais onde estão sendo cumpridos 13 mandados de busca e apreensão requeridos pelo órgão ministerial e deferidos pelo Poder Judiciário da comarca de Bacuri.

Um dos endereços fica na Avenida São Sebastião, no Cruzeiro do Anil, onde funciona a Rede de Postos de Combustíveis Guará. No galpão do posto, foram encontrados centenas de documentos (procedimentos licitatórios, folhas de pagamento, dados sobre pagamentos a fornecedores, dentre outros) de várias secretarias municipais de Apicum-Açu.

Em outro endereço, localizado no Recanto dos Vinhais, também em São Luís, indicado como da Fundação Comunitária de Apicum-Açu, foram encontrados diversos documentos da prefeitura de Apicum-Açu. O local é vizinho de outro imóvel de propriedade do ex-gestor, também objeto de busca e apreensão, e funciona, supostamente, como um escritório paralelo da prefeitura de Apicum-Açu.

No endereço residencial do filho do ex-prefeito de Apicum-Açu, na Avenida dos Holandeses, em São Luís, foram encontrados, entre outras coisas, jóias, relógios e frascos de vacinas contra a Covid-19 já utilizados. Inclusive, o ex-prefeito Cláudio Luiz Lima Cunha estava no local durante o cumprimento do mandado judicial.

INVESTIGAÇÕES

O Inquérito Civil nº 016/2019 foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Bacuri a fim de apurar atos de improbidades administrativas e/ou possíveis ilícitos criminais. O fato de o investigado Rodolfo Romero Pereira Oliveira ter construído três postos de combustíveis - sendo dois em Apicum-Açu e um em Cururupu - de forma simultânea, somente com dinheiro oriundo de eventos, levantou suspeitas do Ministério Público do Maranhão.

O empresário tem renda mensal de R\$ 6 mil, o que seria incompatível com a construção de três postos de gasolina. Rodolfo Romero Pereira Oliveira é apadrinhado político do atual prefeito de Apicum-Açu, sendo conhecido na cidade como "filho adotivo" do ex-gestor Cláudio Luiz Lima Cunha.

Ouvido pelo Ministério Público, o empresário afirmou não saber quanto gastou na construção de tais postos de combustíveis, ficando claro o total desconhecimento a respeito dos negócios em que figura como sócio ou proprietário.

Verificou-se que não havia, à época da expedição da licença "de operação", quaisquer estudos de impacto ambiental. A empresa apresentou um Plano de Controle Ambiental somente em 12 de dezembro de 2018, um dia antes da audiência extrajudicial ocorrida na sede da Promotoria de Justiça de Bacuri. De acordo com as investigações, a proximidade com o ex-prefeito teria facilitado a obtenção de licenças ambientais.

As investigações apontam que a rede de postos serviria somente para a lavagem de dinheiro de origem desconhecida, sob o pretexto de venda de combustíveis.

Além da Rede Guará de postos de combustíveis, Rodolfo Romero consta no rol de sócios da empresa Sistema de Comunicação Guará de Apicum-Açu, tendo como sócios Jéssica Islla de Castro Cunha e Caio Vitor de Castro Cunha, filhos do ex-prefeito de Apicum-Açu Cláudio Cunha.

A análise das movimentações financeiras e rendas dos três empresários mostram-se totalmente incompatíveis com os seus ganhos declarados e com as profissões atualmente exercidas, de maneira que podem ter patrimônio acrescido ilicitamente, por meio de lavagem de dinheiro realizada na Rede de Postos Guará Comércio de Combustíveis LTDA.

Município de Maracaçumé está proibido de realizar contratações temporárias de servidores

27/05/2021 21:09:00

O Município de Maracaçumé está proibido de realizar novas contratações temporárias, notadamente em relação às funções às quais tenham candidatos aprovados no último concurso público. A decisão é da 1ª Vara de Maracaçumé e atende, parcialmente, a um pedido do Ministério Público. A decisão, assinada pelo juiz Raphael de Jesus Serra Amorim, estabelece multa única no valor de 100 mil reais em desfavor do gestor municipal em caso de descumprimento, sem prejuízo das ações penais e cíveis cabíveis no caso.

O processo trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público em face do município de Maracaçumé, no qual o órgão alega que o município, ao longo de 2021, já realizou mais de 500 contratações temporárias e que as mesmas seriam ilegais pelos seguintes motivos: ausência de lei criando os cargos temporários; cargos preenchidos não se enquadram nas hipóteses da Lei Municipal 101/2018; e não realização de processo seletivo prévio às contratações.

O MP pediu, então, uma liminar com o objetivo de proibir qualquer nova contratação por parte do executivo municipal com base na Lei nº 101/2018 até que o município demonstre que há lei posterior a 05 de março de 2018 criando cargos temporários e que as contratações de cargos temporários são realizadas meio de processo seletivo.

"O STF definiu as seguintes balizas interpretativas para que uma contratação temporária seja considerada válida: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração", justifica o juiz.

QUESTIONAR AS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

A Justiça ressalta que, ao contrário do que argumentou o executivo municipal, a presente ação civil pública não tem por objetivo questionar a lei municipal. "O objeto da mesma está restrito às contratações realizadas pelo município de Maracaçumé no ano de 2021 (...) Analisando os termos legais, ciente de que o município de Maracaçumé realizou concurso público o qual está válido e pronto para homologação pela autoridade municipal, constato que grande parte das contratações realizadas pela municipalidade neste ano de 2021, cujas funções e quantitativos foram descritos pormenorizadamente pelo parquet na exordial, tem relação com cargos que foram alvo do concurso público", analisa o magistrado.

Para o Judiciário, em havendo candidatos aprovados em concurso público, não poderia a administração pública proceder com contratações temporárias para aquelas funções, haja vista que a própria Lei Municipal nº 101/2018 é clara ao expor que "considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a admissão de pessoal nas áreas de saúde e administração, onde não houver candidatos aprovados no concurso público, em conformidade com a Lei nº 101/2002".

O juiz destaca que, no caso em discussão, atento ao estágio processual, observa-se que as contratações temporárias estão sendo realizadas para desempenho de atividades as quais tem-se candidatos aprovados em concurso público já finalizado e pendente, apenas, de homologação por parte do gestor público. "Por mais que o município tenha por diversas vezes ao longo de sua manifestação alegado que a pandemia da Covid-19, nítida situação de emergência endêmica, motivou parte daquelas contratações temporárias, tal alegação não encontra substrato em nenhum elemento deste processo", ponderou.

Por fim, esclarece que a própria lei municipal veda que a administração pública utilize a pandemia de Covid-19 como fundamento para um sistemático desrespeito às normas legais e constitucionais que definem o provimento de cargos e empregos públicos através de concurso público. "Não obstante as considerações de linhas acima, deve-se ter em mente que o município ainda terá o momento correto para ofertar defesa escrita e juntar aos autos provas capazes de demonstrar a contento, no bojo dos seus atos administrativos a motivação correlata com as ditas situações emergenciais que ensejaram as contratações temporárias sem um prévio procedimento simplificado", concluiu.

Órgãos reúnem nesta quinta-feira (27) para discutir medidas de combate ao coronavírus

27/05/2021 06:08:00

Nesta quinta-feira (27), o governador Flávio Dino reúne e dialoga com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário maranhense com o objetivo de estabelecer novas ações para conter a disseminação da Covid-19 em todo o estado.

Após a reunião, em coletiva, o governador atualizará informações sobre a cepa indiana - variante da Covid-19 - e esclarecerá as medidas de enfrentamento conjunto.

A reunião contará com representantes do Executivo estadual, além de representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Maranhão.

Representantes dos três Poderes no Maranhão definem ações conjuntas para combater Covid-19

Em reunião, na manhã desta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino esteve com representantes dos principais órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário no Maranhão. No encontro, foram discutidas e traçadas medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentamento da Covid-19. Entre as decisões, abertura e busca por mais leitos e reforço junto às prefeituras para avanço na imunização. Documento firmando soluções conjuntas foi assinado por todas as autoridades presentes.

A ocupação dos leitos foi o primeiro ponto abordado na reunião. O governador Flávio Dino informou o esgotamento da rede hospitalar - na rede pública e particular - na Ilha de São Luís e esforços dos poderes na busca de mais leitos em instituições e outras cidades do Maranhão, que possam ter disponibilidade. Nas últimas 24 horas, foram internadas 151 pessoas com coronavírus - o maior número desde o início da pandemia.

"Se esses esforços não resultarem na abertura de mais leitos na Ilha, teremos que, a partir de amanhã, começar a transportar pacientes para outras cidades do Maranhão. Nunca tivemos colapso hospitalar em nosso estado. E não teremos, em razão dessa união dos poderes", frisou o governador Flávio Dino.

Durante a reunião foi tratado, ainda, sobre doses de vacinas já distribuídas e que não aparecem no sistema do Ministério da Saúde. Cerca de 600 mil vacinas deixaram de ser aplicadas pelos municípios. "Cria um embaraço prático para nós, pois as vacinas foram entregues e não constam como aplicadas", frisou. O governador anunciou uma reunião para debater a situação com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. A reunião está prevista para esta sexta-feira (28).

Sobre medidas restritivas, a definição foi que não haverá lockdown. "Chegamos a um consenso que, em curto prazo, não há espaço para lockdown. Portanto, não aprovamos essa medida, mas foi debatida. Há objetivos socioeconômicos e as instituições vão analisar sugestões que enviarão ao Governo do Estado, para outros momentos em que tenhamos que reexaminar nossos decretos, como vários estados estão fazendo", disse o governador. As sugestões de medidas restritivas devem ser enviadas nesta sexta-feira e vão considerar as realidades de cada região.

Flávio Dino reforçou a proibição de ancoramento nos portos maranhenses do navio indiano que está atracado na costa e, também, lembrou do decreto que determina que desembarques sejam comunicados previamente à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Seis pacientes indianos foram submetidos a teste para detectar variante da Covid-19. Os resultados devem ser divulgados ainda nesta quinta-feira. Na sexta-feira (28), haverá coletiva redefinindo as medidas em vigor.

"Estamos, há 15 meses, enfrentando o coronavírus todos os dias. E vamos continuar, mas chegamos a um patamar em que precisamos de ampla colaboração e o saldo positivo é que os poderes estão unidos para

fazermos o que precisa ser feito", declarou o governador.

Esforços conjuntos

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, destacou a união de esforços para tomar decisões. "Temos dados suficientes para tomarmos as providências necessárias. Aproveito para convocar a população para que tome consciência desse momento que estamos vivendo e que respeitem a vontade de viver do vizinho. A situação é séria e temos que estar unidos. Vamos ter cuidado com a saúde, a sua e a do próximo", enfatizou.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), Othelino Neto, frisou o cenário preocupante e reforçou o apoio dos parlamentares para a tomada de providências. "É uma ampla mobilização de todos os poderes e órgãos constitucionais para que todos nos sensibilizemos com este momento e, assim, evitar consequências mais graves no Maranhão", enfatizou. Ele sugeriu que sejam solicitados leitos ao Hospital Universitário, "que tem na sua estrutura a possibilidade imediata de ampliação", a adaptação do Plano Nacional de Imunização "à realidade atual, flexibilizando, para que possa chegar mais rapidamente à população" e que as pessoas evitem aglomerações.

Já o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Xavier, citou a ocupação dos leitos na Ilha de São Luís que está acima dos 96%. "Isso é preocupante. O governador Flávio Dino já abriu leitos de UTI praticamente em todas as regionais do nosso estado e tem enfrentado o coronavírus com muita decência e muito respeito ao povo do nosso estado. Estamos sempre cobrando dos municípios para que apliquem as vacinas. O Ministério Público e o Judiciário tomarão frente e vamos chamar os prefeitos para agilizar a vacinação, que é importante", afirmou.

O defensor Público-Geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos, frisou os números preocupantes e pontuou medidas. "Traçamos estratégias para melhorar a vacinação no estado. Faremos reunião com os prefeitos para tratar da temática e vistorias em unidades hospitalares da capital, para uma busca mais ativa de leitos que possam estar disponíveis à população. Estaremos em constante diálogo para que possamos, cada vez mais contribuir para que essa doença tenha a diminuição mais efetiva. Pedimos, encarecidamente, que a população use máscaras e faça o distanciamento social, que são medidas importantes para manter a saúde e a vida", pontuou.

"É necessário que toda a população tome conhecimento do avanço da doença no Maranhão e possa, cada um, cumprir seu papel para que não se espalhe ainda mais. E não pode espalhar mais, pois os leitos estão praticamente todos ocupados. Todos estamos aqui para nos mobilizarmos, mas precisamos ter o apoio da sociedade para conter esse nível de ocupação nos hospitais do Maranhão", ressaltou o conselheiro vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Washigton Oliveira.

Continue lendo

em: <https://omaranhense.com/representantes-dos-tres-poderes-no-maranhao-definem-acoes-conjuntas-para-combater-covid-19/>

Loja é condenada por não devolver dinheiro dado a mais em pagamento de fatura

27/05/2021 15:25:58

Uma loja de departamentos foi condenada por não devolver uma quantia paga a mais por uma cliente, por engano. A sentença é do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e é resultado de ação movida contra as Lojas Riachuelo. A autora relata na ação que é cliente da loja e que teria realizado uma compra no valor de R\$ 508, dividido em cinco vezes. Ao pagar uma das parcelas, teria se confundido com outro boleto, ocasião em que alterou o valor do pagamento para R\$ 2.323 e que após efetuar o pagamento, entrou em contato com a empresa e informou sobre o ocorrido na tentativa de solucionar o problema, o que não ocorreu.

A mulher informa, ainda, que teve que fazer empréstimo a terceiros para pagar o boleto do seguro. Diante dessa situação, requereu o julgamento totalmente procedente da ação, no sentido de condenar a empresa a devolver o valor pago de forma equivocada, bem como ao pagamento de indenização por danos morais causados. A requerida foi citada e, posteriormente intimada para uma audiência de conciliação, entretanto o representante da loja não compareceu, sendo decretada a sua revelia.

"No mérito, o caso é simples e de fácil deslinde, sendo oportuno deixar consignado que a presente lide versa acerca da retenção pela requerida de valor pago equivocadamente pela parte autora (...) Conforme observa-se nos documentos anexados ao processo, comprovado está que a autora, por ocasião do pagamento do boleto, equivocou-se no valor, realizando o pagamento de R\$ 2.323,00, quando deveria ser R\$ 102,35 (cento e dois reais e trinta e cinco centavos)", observou a sentença, frisando que a mulher ainda teria, posteriormente, efetuado o correto pagamento do boleto.

CONDUTA ABUSIVA

O Judiciário verificou, ainda, que a autora teria, por diversas vezes, tentado solucionar administrativamente o problema, não obtendo êxito. "Assim, incontroversa e abusiva, evidentemente, a atitude da loja demandada em reter valor que não lhe pertence, nada justificando sua conduta, mesmo que utilizada para fins de abatimento de débito futuros (...) A indevida retenção e a ausência de solução das reclamações da autora provocam a necessária restituição e também dano moral, não só pela retenção do valor, mas também por todo percurso enfrentado pela autora para fazer valer seus direitos", destaca a sentença, citando artigos do Código Civil.

Para a Justiça, o desrespeito e o descaso dispensados à autora, neste caso, justificam a indenização pretendida, a qual deve atender, sobretudo, aos critérios educativo e preventivo que norteiam o dano moral. "Há de se julgar parcialmente procedentes os pedidos, no sentido de condenar as Lojas Riachuelo a restituir a parte autora em R\$ 2.323,00 (...) Deverá a requerida proceder, ainda, ao pagamento de 3 mil reais, a título de indenização por danos morais causados à mulher", finaliza a sentença.

Rede de proteção à crianças e ao adolescente discute estratégias de combate à exploração sexual

Helena Barbosa
Asscom CGJ

Órgãos da rede de proteção se articulam em ações estratégicas de efetiva proteção à criança e do adolescente -
Foto: Divulgação

O Judiciário de Balsas realizou, em 25 de maio, no auditório da subseção da OAB, reunião com representantes da rede de proteção e defesa da criança e do adolescente, com o objetivo de alinhar as ações estratégias de combate ao abuso e à exploração sexual, por ocasião da realização do “Maio Laranja”, mês em que se comemora a passagem do “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” - 18/05.

Participaram da reunião, além dos juízes Douglas Lima da Guia (4ª Vara de Balsas) e Rafael Felipe de Sousa Leite (3ª Vara de Balsas) e servidores da equipe de assistência social e psicologia do Fórum, membros do Ministério Público Estadual e representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Delegacia Especial da Mulher, Idoso, Criança e Adolescente, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Casa Abrigo e Faculdade de Direito Unibalsas.

Como resultado da reunião ficou acordada a continuidade dos encontros bimestrais da rede de proteção; a realização de audiência pública com o Executivo estadual para tratar da implantação do ICRIM/IML em Balsas; a realização de mutirão processual para instrução e julgamento de crimes contra criança e adolescente; o encaminhamento ao executivo municipal de proposta de criação do comitê de decisão colegiada do sistema de garantia de direitos, e a elaboração de fluxo para atendimento vítimas ou testemunhas de crimes sexuais.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Com esta reunião valorizamos a articulação institucional tão necessária para uma efetiva proteção à criança e do adolescente, cumprindo, ainda, o que determina a Resolução 299 do CNJ ao estabelecer a participação dos magistrados na definição dos fluxos locais de atendimento quando da ocorrência de tais violações de direitos, em especial ao abuso sexual”, informou o juiz Douglas da Guia.

Para o juiz Rafael Leite, é necessário reforçar a atuação conjunta e coordenada das instituições, conforme as funções desempenhadas por cada órgão, para superação da questão da invisibilidade dos crimes sexuais, muitos deles no âmbito familiar, como primeiro passo para enfrentamento do problema. “É certo que um trauma dessa natureza é determinante para minar o saudável desenvolvimento da criança, comprometendo, ainda, a felicidade de que deveria desfrutar nesta etapa da vida”, ressaltou.

Equatorial esclarece sobre decisão judicial

Assessoria de Imprensa da Equatorial Maranhão

Ontem a Equatorial Maranhão enviou nota de esclarecimento referente à matéria “Concessionária é condenada por não efetuar religação de energia mesmo após as faturas pagas”, publicada na edição desta quarta-feira de O PROGRESSO. A seguir, a nota:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Equatorial Maranhão informa que já tomou ciência da decisão judicial em questão, e que está avaliando nesse momento a medida a ser adotada, baseada nos artigos 128, II, 172 e 176 da Resolução Normativa 414 da Agência Nacional de Energia - ANEEL.

Reunião define ações conjuntas para combater Covid-19 no MA

Em reunião, na manhã desta quinta-feira (27), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino esteve com representantes dos principais órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário no Maranhão. No encontro, foram discutidas e traçadas medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentamento da Covid-19. Entre as decisões, abertura e busca por mais leitos e reforço junto às prefeituras para avanço na imunização. Documento firmando soluções conjuntas foi assinado por todas as autoridades presentes.

A ocupação dos leitos foi o primeiro ponto abordado na reunião. O governador Flávio Dino informou o esgotamento da rede hospitalar - na rede pública e particular - na Ilha de São Luís e esforços dos poderes na busca de mais leitos em instituições e outras cidades do Maranhão, que possam ter disponibilidade. Nas últimas 24 horas, foram internadas 151 pessoas com coronavírus - o maior número desde o início da pandemia.

“Se esses esforços não resultarem na abertura de mais leitos na Ilha, teremos que, a partir de amanhã, começar a transportar pacientes para outras cidades do Maranhão. Nunca tivemos colapso hospitalar em nosso estado. E não teremos, em razão dessa união dos poderes”, frisou o governador Flávio Dino.

Durante a reunião foi tratado, ainda, sobre doses de vacinas já distribuídas e que não aparecem no sistema do Ministério da Saúde. Cerca de 600 mil vacinas deixaram de ser aplicadas pelos municípios. “Cria um embaraço prático para nós, pois as vacinas foram entregues e não constam como aplicadas”, frisou. O governador anunciou uma reunião para debater a situação com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. A reunião está prevista para esta sexta-feira (28).

Veja abaixo um trecho da coletiva após a reunião:

Continue vendo

em: <http://www.suacidade.com/noticias/sao-luis/reuniao-define-acoes-conjuntas-para-combater-covid-19-no-ma>

OAB/MA garante acesso à Justiça do cidadão e cidadã e segurança jurídica para Advocacia

“O sentimento é de trabalho cumprido, de fortalecer ainda mais a valorização da advocacia e garantir o acesso à Justiça ao cidadão e cidadã”, afirmou Thiago Diaz. “A plataforma estava sendo indevidamente utilizada como fundamento para a extinção de processos judiciais, com evidente violação ao princípio constitucional de Acesso à Justiça”, explicou Kaio Saraiva, diretor-tesoureiro da OAB/MA. As falas celebram uma coquista e são referentes a decisão de revogação da Resolução 43/17, a pedido da OAB/MA pelo TJMA, que recomendava o uso da plataforma consumidor.gov e que infelizmente era utilizada por alguns julgadores para extinguir processos sem resolução do mérito, violando gravemente princípios constitucionais e inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça.

Em seus pedidos anteriores ao TJMA para revogação da Resolução a OAB Maranhão sempre pontuou que a prévia utilização dessas ferramentas são opção e não condição de ingresso das ações judiciais, uma vez que a própria lei não obriga ou condiciona a comprovação de conciliação extrajudicial em plataformas públicas digitais, plataformas estas que nem todos os cidadãos têm acesso.

O presidente do TJMA, Desembargador Lourival Serejo, reiterou o prejuízo à prestação jurisdicional e a importância do atendimento ao pleito de revogação da aludida resolução. “A Ordem é, e sempre será favorável aos métodos alternativos de solução de conflitos (entre eles a conciliação), entretanto, exigir das partes a utilização de tais plataformas (dentre elas a consumidor.gov) importa em inequívoca violação ao princípio do acesso à justiça”, Thiago Diaz. “Ganha todo mundo com essa decisão: o sistema jurisdicional, ganha a Advocacia, ganham os jurisdicionados, e ganha o próprio Poder Judiciário”, complementou Kaio Saraiva.

Participaram da reunião, a OAB Maranhão, representada pelo presidente Thiago, pelo diretor tesoureiro, Kaio Saraiva, pela presidente da OAB Bacabal, Andreia Furtado, e pelo presidente da OAB Estreito, Alisson Rodrigues, entre outros representantes do Poder Judiciário.

Agravamento da pandemia no Maranhão é discutido em reunião com o MPMA

O Ministério Público do Maranhão participou da reunião realizada na manhã desta quinta-feira, 27, no Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, que congregou várias instituições e órgãos de diversos poderes com o objetivo de traçar novas estratégias de combate à Covid-19.

No encontro, foi decidido que, por enquanto, não serão adotadas novas medidas restritivas. Seguem valendo as normas do Decreto Estadual que está em vigor. Uma nova reunião deve ser realizada na próxima semana com as instituições do Poder Público para decidir se vão ser adotadas medidas de restrição.

A reunião foi convocada pelo governador Flávio Dino, a pedido do presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, devido à elevação dos casos de contágio e da conseqüente alta da ocupação de leitos nos hospitais públicos e privados em todo o Maranhão, principalmente em São Luís, onde a rede hospitalar está próxima do colapso com 97% de ocupação.

O MPMA, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado e Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) devem se reunir possivelmente nesta sexta-feira, 28, para discutir formas de conseguir novos leitos. Não foi descartada a possibilidade de transferência pelo Governo do Estado de pacientes para municípios onde houver vaga.

Além dos novos leitos, foi enfatizada a necessidade do funcionamento eficiente da Atenção Básica, inclusive com a disponibilização de testes à população.

VACINAÇÃO

Também foi alertado que 600 mil doses distribuídas aos municípios maranhenses não constam como aplicadas no site do Ministério da Saúde. O Ministério Público do Maranhão se comprometeu a verificar junto às administrações municipais se as doses foram ou não aplicadas ou se os dados ainda não foram preenchidos no sistema. O objetivo é acelerar a vacinação.

Sobre este tema, os participantes afirmaram que apoiam a revisão do Plano Nacional de Imunização, para que haja adaptação mais rápida de diretrizes nacionais às realidades locais.

PREVENÇÃO

No encontro, foi enfatizada a importância de medidas preventivas, especialmente o uso de máscaras e o impedimento a aglomerações desnecessárias. As autoridades também orientaram os gestores municipais a analisarem as realidades locais para decidirem quanto ao cabimento das medidas em cada cidade. Empresários,

trabalhadores e consumidores foram conclamados para a adoção de práticas responsáveis e com segurança sanitárias.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, reafirmou o compromisso da instituição com o combate à Covid-19. “Nós estamos à disposição de todos e vamos fazer o possível para atenuar esta crise que afeta toda a população. Vamos trabalhar para evitar o aumento de óbitos”, disse o chefe do MPMA.

Também participaram o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto; o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Washington Oliveira; o defensor público-geral, Alberto Bastos; o presidente da Famem,

Erlânio Xavier. Igualmente estiveram presentes representantes da Secretaria de Estado da Saúde.

STJ discute uso de ação civil pública para tema tributário

Ministros poderão fazer uma distinção no entendimento consolidado do Judiciário

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

27/05/2021 05h01 Atualizado há 7 horas

Ministra Regina Helena Costa: objetivo último é proteger direito fundamental — Foto: Divulgação/STJ

Ministra Regina Helena Costa: objetivo último é proteger direito fundamental — Foto: Divulgação/STJ

Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sinalizaram ontem que querem fazer uma distinção no entendimento consolidado do Judiciário que proíbe o Ministério Público de pleitear direitos de contribuintes, em matéria tributária, por meio de ação civil pública. O julgamento foi suspenso por pedido de vista da ministra Regina Helena Costa, depois de debates na 1ª Seção.

No caso que começou a ser analisado, a Fazenda Nacional questiona a legitimidade do Ministério Público (MP) para proteger o direito de portadores de necessidades especiais à isenção tributária na aquisição de veículos (EResp 1428611). O MP se insurge contra a Instrução Normativa nº 988/2009, da Receita Federal.

Pela norma, o órgão condiciona a isenção do IPI e do IOF na compra de veículos à comprovação de condições financeiras ou patrimônio compatível com o valor do bem que o requerente pretende adquirir. Mas, no caso, a pessoa que pede a isenção tributária, além de ter deficiência física, não tem condições financeiras. Ela ainda mora com pais idosos e uma irmã com deficiência mental.

Em 2013, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceram, em repercussão geral, que o Ministério Público não pode ajuizar ação civil pública para defender contribuintes. A jurisprudência do STJ também é nesse sentido.

O relator do caso analisado agora pelo STJ, ministro Francisco Falcão, seguiu o entendimento consolidado e reforçou que o Ministério Público não tem esse poder. “Não podemos fazer jeitinho aqui”, disse. Mas os ministros Herman Benjamin e Regina Helena Costa propuseram elaborar uma distinção.

Segundo eles, o que está em jogo não é uma discussão tributária propriamente dita, mas o direito fundamental de pessoas com deficiência. “Há alguém mais vulnerável que uma pessoa fisicamente deficiente, pobre, que possui uma irmã com deficiência mental e pais idosos? É o párea do párea, mas não no ordenamento social de direito”, disse Benjamin. “A Receita não tem carta de alforria para praticar ilegalidades contra sujeitos hipervulneráveis.”

A ministra Regina Helena Costa acrescentou que, no caso, não há uma “discussão pura” sobre tributos. “O objetivo último é a proteção de direito fundamental. O viés é distinto”, afirmou. Ela pediu vista no processo e suspendeu o julgamento.

O ministro Campbell Marques ponderou ter a preocupação em fazer uma distinção por meio de embargos de divergência. Esse recurso é utilizado para uniformizar a jurisprudência do STJ e tem uma carga forte de precedente.

Para o ministro Gurgel de Faria, dizer que o MP não possui legitimidade na defesa de contribuintes não implica deixar pessoas desassistidas. “Pode-se constituir advogado ou mesmo pela via da defensoria pública”, disse.

A Fazenda Nacional considera perigoso abrir uma distinção no tema. Isso porque os efeitos de uma decisão em ação civil pública é para todos, e não apenas para um único beneficiário. “No fim, a ação civil pública seria transformada em ação direta de inconstitucionalidade ao afastar uma norma que prevê os requisitos exigidos para a isenção tributária”, afirma a procuradora Patrícia Grassi Osorio.